



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: PEDAGOGIA

1.2. Código E-mec: 121798

1.3. Habilitação:

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Licenciatura

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 8 Semestres

b) Mínimo CNE: 8 Semestres

c) Máximo UFMS: 12 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3200 Horas

b) Mínima UFMS: 3320 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 60 vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: CÂMPUS DE NAVIRAÍ

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso:
Câmpus de Naviraí - Rodovia MS 141 s/n, Km 02, Saída para Ivinhema, Naviraí-MS

1.13. Forma de ingresso: As Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da UFMS são regidas pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021; Capítulo VI, Art. 18: O ingresso nos cursos de graduação da UFMS ocorre por meio de: I - Sistema de Seleção Unificada (Sisu); II - Vestibular; III - Programa de Avaliação Seriada Seletiva (Passe); IV - seleção para Vagas Remanescentes; V - portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar; VI - reingresso; VII - portadores de diploma de Curso de Graduação; VIII - transferência externa; IX - movimentação interna de estudantes regulares da UFMS; X - permuta interna entre estudantes regulares da UFMS; e XI - convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com outros países e/ou órgãos do Governo Federal; XII - matrícula cortesia; XIII - transferência compulsória; XIV - mobilidade acadêmica; e XV - complementação de estudos no processo de revalidação de diploma. Ainda, poderão ser estabelecidos outros critérios e



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

procedimentos para ingresso nos Cursos de Graduação por meio de Programas Especiais ou outros atos normativos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A fundamentação legal deste projeto pedagógico deve atender ao disposto nos seguintes documentos:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

- Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
 - Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
 - Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
 - Resolução nº 1, CNE/CP, de 15 de maio de 2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
 - Resolução nº 93, Conselho Universitário (Coun), de 28 de maio de 2021, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 137-Coun, de 29 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
 - Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
 - Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
 - Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
 - Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS;
 - Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021 que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do Ensino Superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses Cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro Curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de Ensino Superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 1º de janeiro de 2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005.

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam a Escola de Administração e Negócios (Esan), a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), a Faculdade de Ciências Humanas (Fach), a Faculdade de Computação (Facom), a Faculdade de Educação (Faed), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), a Faculdade de Medicina (Famed), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), a Faculdade de Odontologia (Faodo), a Faculdade de Direito (Fadir), o Instituto de Biociências (Inbio), o Instituto de Física (Infi), o Instituto Integrado de Saúde (Inisa), o Instituto de Matemática (Inma) e o Instituto de Química (Inqui), a UFMS mantém nove câmpus nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Em consonância com essas demandas, a UFMS possui cursos de Graduação e Pós-Graduação, presenciais e a distância. Os cursos de Pós-Graduação englobam especializações e programas de Mestrado e Doutorado.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

O Câmpus de Naviraí (CPNV) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) nasceu com o processo de expansão do Ensino Superior no Brasil, inserido no contexto da implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), estabelecido pelo



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Governo Federal. No ano de 2008, a UFMS firmou um acordo com o Ministério da Educação (MEC) para a expansão das vagas e dos cursos oferecidos pela Universidade por meio da adesão ao Reuni. Fazia parte das metas do mencionado acordo a implantação de três campi no interior do Estado, sendo um deles em Naviraí cuja viabilização se deu pela parceria entre a UFMS e a Prefeitura Municipal de Naviraí, responsável pela doação do terreno para construção das instalações do CPNV e cedência de espaços provisórios e funcionários para o início das atividades.

Para a implantação do Câmpus, diversos elementos socioeconômicos da região foram levados em consideração. O destaque regional e a potencialidade educacional do município, que já estava contemplado com uma unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), marcaram o bom êxito do início do CPNV.

Por meio de estudos detectou-se a necessidade local pela formação de professores para atuar na Educação Básica, sendo, portanto, solicitados inicialmente o Curso de Pedagogia, voltado para a atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e o Curso de Ciências Sociais para atuar no Ensino Médio.

Em 5 fevereiro de 2009, na Escola Municipal Marechal Rondon, iniciaram as aulas do Câmpus de Naviraí, mediante parceria com a Prefeitura Municipal que contribuiu para a operacionalização do início dos trabalhos acadêmicos, concedendo salas de aula e disponibilizando recursos humanos, tecnológicos e didáticos. Em 30 de março de 2010, o CPNV inaugurou sua sede própria, situada à Rodovia MS 141, Km 2, saída para Ivinhema, oferecendo toda a infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho, tanto acadêmico quanto administrativo.

Atualmente, o CPNV dispõe da seguinte estrutura física: - Bloco I, dois pavimentos térreos com: 8 salas de aulas, 1 auditório, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 9 salas para docentes, 1 Coordenação de Gestão Acadêmica, 1 secretaria administrativa, 1 cantina, 1 área de convivência coberta; - Bloco II, prédio com dois pavimentos (térreo e superior): 12 salas de aula, 3 secretarias, 1 copa, 1 área de convivência.

No primeiro semestre de 2016, após estudos e pesquisas realizadas, foi aprovada a implantação do Curso de Administração no CPNV, com início em 2017. Neste mesmo ano, também iniciou-se o Curso de pós-graduação **lato sensu** MBA em Gestão de Negócios.

A partir de 2017, a Unidade intensificou o trabalho para a implantação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, um anseio da comunidade local e regional na busca por constituir-se como polo de ensino superior, com início da primeira turma no primeiro semestre de 2020. Dessa forma, em um processo constante de ampliação e fortalecimento, desde 2009 o Câmpus de Naviraí tem participado ativamente da formação inicial e continuada da comunidade naviraíense, inserindo profissionais em diversos setores do mercado de trabalho.

Os cursos de graduação, frente ao trabalho e comprometimento com a qualificação profissional e o debate acadêmico, vêm promovendo diversos eventos, alguns deles já institucionalizados no Câmpus de Naviraí. Diversos outros projetos e ações têm sido desenvolvidos ao longo dos anos no CPNV, o que tem mostrado a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão e também têm oportunizado a permanência dos acadêmicos mediante bolsas e auxílios.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Pedagogia – Licenciatura, implantado na UFMS no primeiro semestre de 2009, teve o seu funcionamento autorizado pela Resolução COUN nº 65, de 28 de agosto de 2008. Sua implantação deu-se pela necessidade de fomentar e ampliar a oferta de cursos de formação de professores no país e na região do Conesul, onde se situa o Câmpus de Naviraí (CPNV).

As atividades pedagógicas e administrativas iniciaram-se no ano de 2009



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

na escola Municipal Marechal Rondon, enquanto o prédio do Câmpus estava em processo de construção. O CPNV foi inaugurado em março de 2009, quando então, as atividades do Curso de Pedagogia passaram a ser oferecidas no prédio atual. No início das atividades o Curso contava com uma maioria de professores remunerados pela prefeitura da cidade de Naviraí (mestres e especialistas) e quatro professores do corpo docente efetivos, a partir do ano de 2010 foram realizados concursos públicos para as vagas disponíveis e atualmente contamos com nove professores do corpo efetivo, dos quais oito são doutores em Educação e uma é doutoranda.

As vagas ofertadas desde o início do Curso foram sessenta, disponibilizadas por meio de processos seletivos como Vestibular, Sistema de Seleção Unificado (SISU), Transferência Externa e Interna. Temos por volta de 500 acadêmicos formados pelo Curso de Pedagogia que atuam nas diversas áreas da educação em Naviraí e região, bem como egressos inseridos em Programas de Pós-Graduação nos diversos estados brasileiros com destaque para São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul.

No ano de 2012 o Curso de Pedagogia recebeu comissão **in loco para reconhecimento de suas atividades recebendo nota quatro pelos avaliadores do Ministério da Educação**. Duas turmas do Curso de Pedagogia realizaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), nos anos de 2018 e 2021 recebendo nas duas avaliações a nota três.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

Naviraí situa-se na mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso Do Sul, Microrregião de Iguatemi, distante 295,12 Km da capital. A microrregião denominada Iguatemi é formada pelos municípios de: Angélica; Coronel Sapucaia; Deodápolis; Eldorado; Glória de Dourados; Iguatemi; Itaquiraí; Ivinhema; Japorã; Jateí; Mundo Novo; Naviraí; Novo Horizonte do Sul; Paranhos; Sete Quedas; e Juti. Ou seja, um total de 16 municípios que abrange uma área de 22.456 km², cuja população é de aproximadamente 248.448 habitantes.

A cidade está localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, convergindo para si a responsabilidade de ser cidade polo de um território denominado de “Cone Sul”, formado pelos municípios de: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Juti, Paranhos e Naviraí.

De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2021), o município de Naviraí conta com uma população de aproximadamente 56.484 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro) habitantes. A cidade ocupa uma área de 3.189,667 km². O índice de desenvolvimento humano (IDH) da cidade é de 0,700, sendo o IDH nacional de 0,754.

A renda per capita do município em 2019 foi estimada em R\$ 34.783,52. Em 2020, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21.9%.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2021), o censo escolar de 2021 apontou que a cidade contabilizava 1.774 matrículas no Ensino Médio.

Quanto à economia, a região de Naviraí possui uma vocação voltada para atividades agroindustriais, serviços e serviços públicos. O setor de agronegócio compreende diversas indústrias do setor sucroalcooleiro, abate de aves, bovinos e suínos. Além disso, conta atualmente com uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais de pequeno, médio e grande porte, associados a setores como hotelaria e indústrias de variados ramos de atividades, algumas com relevância estadual e nacional.

Naviraí apresenta relativa relevância econômica e social na região Cone



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Sul, se posiciona como a 6ª cidade do estado em vários aspectos e segundo o IBGE (2020), contava com 1714 empresas e outras organizações atuantes.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

Mato Grosso do Sul é considerado o Estado mais arborizado do país, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010. De acordo com o levantamento do órgão, 95,67% dos domicílios em Mato Grosso do Sul possuem árvores em seu entorno. A medição leva em conta o número de domicílios particulares e permanentes em área urbana.

De modo geral, a região de Naviraí apresenta perspectivas médias de desenvolvimento, sendo importante a oferta de cursos superiores, bem como o aprimoramento dos projetos pedagógicos destes de modo a atender as mudanças e as diversas demandas sociais na região.

A cidade de Naviraí é integrante da microrregião denominada Iguatemi, formada pelos municípios de: Angélica; Coronel Sapucaia; Deodápolis; Eldorado; Glória de Dourados; Iguatemi; Itaquiraí; Ivinhema; Japorã; Jateí; Mundo Novo; Naviraí; Novo Horizonte do Sul; Paranhos; Sete Quedas; e Juti. Ou seja, um total de 16 municípios que abrange uma área de 22.446,777 km², cuja população é de aproximadamente 240.000 habitantes. A cidade está localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, convergindo para si a responsabilidade de ser cidade polo de um território denominado de “Cone Sul”, formado pelos municípios de: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Juti, Paranhos e Naviraí.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

A educação superior vem sofrendo intensas transformações que desafiam os profissionais e instituições da área. Verifica-se, na sociedade contemporânea e nas condições do exercício profissional, a necessidade de um profissional participativo e com qualificação dinâmica e constante para atender às necessidades do mercado de trabalho.

O curso de Pedagogia é necessário para atender uma demanda por formação de professores para atuar na Educação Básica, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde se concentra o maior número de população escolar a ser atendida na educação brasileira.

Além disso, os dispositivos de avaliação do ensino básico têm detectado a queda de qualidade do ensino e especialmente na construção do conhecimento da linguagem e da matemática.

A educação do licenciado em Pedagogia deve, pois, propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. (CNE/CP Nº 5/2005).

Partindo dessa premissa, acredita-se que as mudanças só se concretizarão, nos diversos setores do sistema educacional, se tiverem sua gênese no interior de cada instituição em particular.

Assim, impulsionadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20.12.1996) e pressionadas pelo Sistema Nacional de Avaliação de Cursos, previsto pela LDB no Art. 9º, mais precisamente nos incisos VI, VIII e IX, e instituído pelo Ministério de Educação (MEC), as diversas instituições de ensino do país puderam refletir sobre a qualidade



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

do ensino por elas oferecido e constatado nos resultados oficiais.

A partir dessa reflexão, passaram a repensar esse ensino, redimensionando metas e objetivos diante das novas exigências nacionais, instituindo, desse modo, um novo modo de pensar a formação dos graduandos.

Nesse contexto, a referida Lei prevê dos professores de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação Infantil a formação em curso superior, o que aumentou substantivamente a demanda por professores licenciados na educação de crianças pequenas e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em substituição aos antigos “normalistas”, que possuíam apenas o ensino médio profissionalizante e/ou magistério do 2º grau.

Tal situação gerou, mesmo entre os professores em exercício (os antigos “normalistas”), a necessidade premente de buscar essas habilitações nos cursos de Pedagogia, oferecidos em nível superior.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

Os componentes curriculares do Curso foram concebidos a fim de contribuir para a formação do acadêmico como um todo, cobrindo várias dimensões do conhecimento necessárias a um profissional da área. As principais dimensões que permeiam o processo formativo no Curso são: técnica, política, desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social.

5.1.1. TÉCNICA

A formação do pedagogo está diretamente envolvida a técnicas e dinâmicas que lhe proporcionem formação consistente, em que não somente os saberes acadêmicos serão base de suas ações práticas no contexto de atuação profissional. A importância de articulações entre os saberes aprendidos a partir de referenciais teóricos, o que se desenvolve enquanto pesquisa no ambiente educacional formal, não formal ou informal, partilham de uma plural condição de ação profissional do pedagogo. Deve-se considerar que nas técnicas que proporcionarão a formação do pedagogo, devemos evidenciar também o espaço de trabalho destinado a estes profissionais. Levando-se em conta, ainda, as questões culturais, identitárias e de pertencimento destes sujeitos, reforçando os aspectos regionais, locais, nacionais e internacionais, considerando-se que estes profissionais estarão habilitados ao exercício da pedagogia, para além da escola regular e de suas modalidades de ensino, pois estes deverão ter o domínio de técnicas organizacionais, de planejamento, de uma formação que lhes possibilite o conhecimento crítico em relação às políticas públicas, às leis e regimentações referentes a atuação do pedagogo nos ambientes de trabalho em que estes exercerão suas funções profissionais.

Quando se discorre do aspecto técnico, busca-se uma relação direta com metodologias de trabalho: o que se trabalhar? Como se trabalhar? E para quem estas ações estarão sendo direcionadas? Nesse sentido, precisamos perceber que a técnica caracteriza-se primordialmente com a formação inicial que se dá no seio da Universidade, acompanhada por um processo de orientação e condução do acadêmico, apresentando-lhe os diversos caminhos que poderá percorrer, assim que habilitado e encaminhado para o mercado de trabalho.

Deve-se ainda considerar que uma das importantes e fundamentais concepções da técnica deve estar atrelada ao olhar que é lançado por este futuro profissional em relação a sua condição, enquanto sujeito imerso em uma sociedade multifacetada, enquanto acadêmico que tem a possibilidade do encontro com teorias e referenciais que lhe encaminham a um possível conhecimento do que lhe garante pertinência de futuro profissional da educação.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Ainda considerando a técnica como possibilidade de contínua formação, a mesma pode vir a constituir caminhos que elevem a este acadêmico a postos mais altos de formação acadêmica, como por exemplo: cursos de qualificação; especializações **lato sensu** e o ingresso em programas de pós-graduação **stricto sensu**, como Mestrados e Doutorados. A consolidação de um trabalho técnico com acompanhamento e orientação, pode ainda promover aos acadêmicos, mobilidades acadêmicas e intercâmbios para estudos e aprofundamentos de estudos, sendo estes importantes e fundamentais para o processo de novas formas de aprender e ensinar, formar e transformar concepções referentes ao mundo físico, espiritual e transitório de aprendizagens.

O Curso de Pedagogia - Licenciatura visa articular, dentre muitos, os seguintes conhecimentos:

1. formação integral do Pedagogo;
2. articulação entre teorias e práticas;
3. epistemologias humanas da educação;
4. epistemologias sociais da educação;
5. epistemologias culturais da educação;
6. conhecimentos históricos da Pedagogia;
7. conhecimentos sobre o saber ensinar;
8. temas transversais legais para a Educação contemporânea;
9. temas emergentes para a formação do Educador;
10. a educação escolar e não escolar;
11. a pedagogia no contexto multicultural e multilinguístico da fronteira;
12. o pedagogo como corpo técnico da educação superior, técnica e tecnológica;
13. o gestor e coordenador;
14. o educador infantil;
15. o educador alfabetizador;
16. o educador e alfabetizador de Jovens e Adultos;
17. o educador e alfabetizador na Educação Especial;
18. o educador atuante em comunidades vulneráveis (social, cultural, política e economicamente).

5.1.2. POLÍTICA

Esta dimensão refere-se às relações que se estabelecem durante o processo de formação dos acadêmicos. Tais relações deverão propiciar uma postura reflexiva, que levará o acadêmico a repensar suas posturas, tanto no Curso, quanto na vida em sociedade.

Tais questões serão tratadas de forma interdisciplinar, sem, contudo perder de vista a especificidade de cada área do conhecimento. Entretanto, visando sistematizar temas que levem a estabelecer um processo de reflexão permanente no Curso, elencamos os temas a seguir:

- Teorias políticas e Filosofia, dando ênfase à pedagogia;
- História da formação docente no Brasil e sua relação com o desenvolvimento cultural, econômico e social;
- Ideologia e alienação.

No contexto das reflexões proporcionadas a partir da Dimensão Política está a Dimensão Ética. Assim, o Curso de Pedagogia está pautado pela ética e pela busca do compromisso político, devendo instrumentalizar o acadêmico para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos no seu futuro exercício profissional e na vida em sociedade, efetivando seus compromissos político pela



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

mediação da competência técnica em sua práxis pedagógica.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Esta dimensão tem como objetivo propiciar, no Curso, uma formação ampla, que leve o acadêmico a refletir sobre sua própria pessoa e identidade para muito além de sua formação profissional, principalmente em situações que envolvem sua vida pessoal e as relações intersubjetivas.

Buscando contribuir e dinamizar esse processo reflexivo, o Curso viabilizará ações, tais como:

- Eventos envolvendo temáticas que repensem a conjuntura social brasileira, nos aspectos políticos, sociais, culturais, identitários, artes, etc.;
- Atividades de Extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes.

5.1.4. CULTURAL

Esta dimensão está diretamente ligada à anterior. Ao se propiciar temas que desenvolvam integralmente acadêmico, busca-se, também, contribuir para seu desenvolvimento cultural. Eis algumas atividades culturais que serão desenvolvidas ou estimuladas pelo Curso de Pedagogia – Licenciatura, em caráter Institucional, nessa dimensão:

- Sarau;
- café Filosófico;
- **shows** e/ou apresentações musicais;
- teatros;
- exposições
- parcerias com outros órgãos culturais.

5.1.5. ÉTICA

O Curso de Pedagogia – Licenciatura tem a compreensão de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem buscar aliar a formação de profissionais com competência técnica, ao mesmo tempo em que é necessário desenvolver a sensibilidade e uma forte formação ética de seres humanos solidários.

Tal perspectiva implica na formação de profissionais capazes de realizar as atividades do processo ensino e aprendizagem e contribuir para uma formação de cidadãos críticos, para exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Profissional, bem como as funções do trabalho de Pedagogo em instituições escolares e não escolares.

Por outro lado, uma forte preocupação do curso será a formação de cidadãos que tenham clara compreensão de que o conhecimento só é válido se for um bem comum, compartilhado socialmente.

Tal perspectiva implica na formação do pedagogo e na formação participativa do cidadão. Essa filosofia será estimulada a partir da reflexão crítica sobre conteúdos e métodos do conhecimento sobre a formação docente e, principalmente, sobre o processo ensino e aprendizagem, compreendidas aqui como respeito à vida e à sociedade.

Assim, para o Curso de Pedagogia – Licenciatura, o fazer como competência técnica não é, senão, um aspecto da dimensão ética, política, social, do desenvolvimento pessoal e cultural dos discentes, que vai permitir uma vida



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

autônoma, emancipada e crítica nas suas relações em todos os setores da vida em sociedade.

Durante a Graduação os acadêmicos do curso de Pedagogia são orientados pelos professores do curso a conduzirem suas atividades de forma ética, buscando produzir trabalhos com a correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisa, o respeito na interação acadêmico/professor dentro e fora da aula, respeito aos prazos, além da realização de atividades e avaliações sem fraudes acadêmicas tais como o plágio e cópia ilegal de respostas.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

5.1.6. SOCIAL

Dentre as competências que o curso pretende desenvolver nesta dimensão estão àquelas ligadas as suas relações pessoais, interpessoais, convivência em grupos, autodomínio, autoconhecimento, iniciativa, determinação, autoestima, habilidade para gerenciar conflitos, visão organizacional, respeito às diferenças e à pluralidade que caracterizam a sociedade, em seus múltiplos aspectos e identidades.

De modo geral, as estratégias serão planejadas e realizadas buscando o exercício interdisciplinar, considerando o conjunto das disciplinas, projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação, e outras atividades, além de pautar-se no diagnóstico das turmas e da potencialidade de ação dos docentes atuantes no curso. São competências que são estimuladas no decorrer do curso, durante a realização das atividades didáticas como trabalhos em grupo, atividades de pesquisa e extensão e de estágio obrigatório do curso.

Considerando a especificidade da formação do licenciado em Pedagogia, e as Diretrizes Curriculares Nacionais, o desenvolvimento de competências e habilidades sociais é condição **sine qua non** para seu desempenho profissional:

- Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores;
- Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua. Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais;
- Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente;
- Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança;

- Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação;
- Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

As ações interdisciplinares se referem ao processo de articulação entre as disciplinas que relacionam seus conteúdos para aprofundar um conhecimento e levar dinâmica ao ensino, de modo a torná-lo mais significativo e globalizante.

Para que ocorra um processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, faz-se necessário a implantação de planejamento interdisciplinar na área pedagógica (FAZENDA, 1996).

A prática interdisciplinar entre os docentes do curso de Pedagogia visa à formulação de um saber crítico-reflexivo que deve ser valorizado cada vez mais no processo de ensino-aprendizagem. Apresenta-se como uma perspectiva que surge para superar a fragmentação entre as disciplinas, proporcionando diálogo entre as mesmas, relacionando-as entre si para a compreensão da realidade, haja vista as demandas de temas de estudo inter-relacionados que naturalmente são trazidos no percurso da formação por professores e alunos.

Assim, inicialmente, caberá ao corpo docente buscar uma nova postura diante do conhecimento, bem como formas de planejamento conjunto tendo em vista a prática da interdisciplinaridade para garantir a construção de um conhecimento globalizante, devendo também fazer uso de metodologias didáticas adequadas para tal perspectiva. É mediante o ensino interdisciplinar, dentro do aspecto histórico-crítico, que os professores possibilitarão aos seus alunos uma aprendizagem significativa na compreensão da realidade em sua complexidade.

As ações previstas pelos docentes para garantir a interdisciplinaridade das ações do curso serão:

- Projetos de extensão dentro de áreas temáticas afins envolvendo as disciplinas do curso;
- Curricularização da extensão ofertadas mediante carga horária optativa;
- Aulas de campo com integração de disciplinas do curso;
- Feiras temáticas e exposições de atividades elaboradas pelos acadêmicos e professores do curso
- Atividades de pesquisa em rede.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

O corpo docente do curso de Pedagogia, tendo em vista os objetivos formativos e o perfil esperado dos egressos do curso, estabelecerá em conjunto um plano de ações que promova gradativamente formas de integração dos componentes curriculares nos vários semestres do curso, especialmente durante os períodos que antecedem os estágios obrigatórios previstos.

Tais atividades de ações aconteceram por meio de:

- Seminários Integradores entre o corpo docente do curso, reuniões de



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

trabalho para discussão do planejamento e organização didática do curso de Pedagogia;

- Encontros bimestrais entre docentes de um mesmo semestre para analisar a situação de alunos com problemas com a aprendizagem dos conteúdos disciplinares. Nestes encontros, acadêmicos com problemas de aprendizagem em uma ou mais disciplinas terão sua situação analisada e buscar-se-ão alternativas para que essas dificuldades sejam superadas;
- Elaboração de avaliações do curso entre estudantes e docentes e sua discussão com o grupo de docentes que ministram disciplinas no curso. Por meio da avaliação permanente do curso e a discussão com a comunidade do curso dos resultados da avaliação, o Colegiado de Curso promoverá a reflexão sobre o andamento do curso e o que precisa ser ajustado nas componentes curriculares e entre as componentes curriculares;
- Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes. A partir da elaboração desses materiais pretende-se que os acadêmicos coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores;
- Seminários integradores com os estudantes do curso, docentes e servidores técnicos – administrativos em educação. O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.

Esta integração deverá ocorrer por meio de planejamento sistemático envolvendo diferentes disciplinas de modo a superar a fragmentação do currículo ao proporcionar também a articulação teórico-metodológica entre conhecimentos específicos, conhecimentos pedagógicos e conhecimentos integradores das áreas relacionadas.

A adoção de tal prática, compartilhada entre o corpo docente, visa aprimorar o processo de ensino e de aprendizagem de modo significativo, devido à potencialidade de elaboração de metodologias inovadoras, que, por sua vez, também representam as bases para a busca e exercício de práticas interdisciplinares.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

As instituições formadoras não definem o campo de trabalho do egresso, uma vez que são os condicionantes sociais, culturais, políticos, econômicos, dentre outros, que determinam o desenvolvimento de qualquer campo profissional.

Na realidade educacional de Naviraí, tem-se evidenciado que a grande maioria dos egressos dos cursos de Pedagogia, quando atuam no campo educacional, o fazem no âmbito da organização escolar como docentes, gestores e coordenadores, seja em instituições escolares ou em sistemas educativos e, quando fora destes, têm buscado espaço em instituições ou organizações que demandam profissionais com sólida formação teórica e diversidade de conhecimentos articulados à práxis pedagógica.

Portanto, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional, o egresso do Curso de Pedagogia - Licenciatura/CPNV será um profissional habilitado a atuar no ensino, no planejamento, organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em espaços escolares e não escolares, cuja formação deverá contemplar consistente formação teórica e diversidade de conhecimentos e práticas articuladas ao longo do curso.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;
- atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas. Ademais:

- Os egressos devem ser capazes de exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio (Resolução nº 2/2012, CNE/CP);
- Os egressos do curso devem estar capacitados a agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades (Resolução nº 1/2012, CNE/CP).

5.5. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Formar profissionais com capacidade crítica e sólida formação cultural, capazes de realizar as atividades do processo ensino-aprendizagem e contribuir para uma formação de cidadãos críticos, ao exercerem a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Profissional, bem como as funções do trabalho de Pedagogo em instituições escolares e não escolares.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Formar um profissional habilitado a atuar no ensino, na produção e difusão do conhecimento;
- Formar um profissional que tenha a docência como base de sua formação e identidade profissional;
- Formar um profissional capaz de atuar com educando com necessidades educacionais especiais e com o espectro da diversidade humana, em diferentes níveis de organização escolar, de modo a assegurar seus direitos;
- Formar um profissional capaz de atuar como educador em instituições sociais não escolares;
- Formar um profissional capaz de atuar na organização e gestão de sistemas e contextos educativos;
- Formar um profissional capaz de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Ser capazes de exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio (Resolução nº 2/2012, CNE/CP);
- Estar capacitados a agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades (Resolução nº 1/2012, CNE/CP).



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

O Curso de Pedagogia desenvolverá metodologias que articulem os aspectos teóricos e práticos dos componentes curriculares da matriz curricular (Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Práticas, Estágio Obrigatório, Atividades Orientadas de Ensino e Atividades Complementares). Espera-se que as metodologias de ensino propostas e desenvolvidas pelos docentes responsáveis pelas diferentes disciplinas previstas no PPC (re)apresentem:

- a) Diversificação e consistente base teórica;
- b) Articulação entre os conhecimentos específicos da área, conhecimentos pedagógicos que se referem ao ensino e conhecimentos integradores;
- c) Experiências e exercício de práticas integradoras, interdisciplinares, inovadoras e que resultem num conjunto de aprendizagens significativas para os formandos;

As atividades metodológicas previstas para o curso serão:

- aulas práticas e teóricas, que busquem aproximar a práxis pedagógica da atividade docente através de
- seminários das disciplinas;
- produção de material pedagógico e exposição em feiras de conhecimento;
- Elaboração de atividades escritas (relatórios, artigos, projetos, relatórios de estágio, **portifólio**, estudos de caso, fichamentos);
- Participação em eventos do curso ou relacionados a área de educação;
- Participação em projetos de extensão com atividades em escolas e entidades não governamentais;
- Outras formas previstas nos planos de ensino das disciplinas e de acordo com as normas vigentes na instituição.

As atividades propostas pelos docentes deverão contemplar as particularidades dos acadêmicos, principalmente os estudantes que são o público alvo da Educação Especial (declarados ou não).

O Curso de Licenciatura em Pedagogia privilegiará metodologias de ensino que busquem qualificar o futuro pedagogo fazendo uso intensivo das ferramentas de comunicação e informação disponíveis que garantam uma formação adequada à realidade na qual se encontra inserido.

Seguindo a prerrogativa da Portaria MEC 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais, as componentes curriculares do Curso poderão ter carga horária parcial ou total na modalidade a distância, observado o limite de CH previsto na Portaria MEC 2.117/2019 e demais normativas institucionais. As componentes curriculares serão ministradas por profissionais capacitados, com formação específica, com material didático específico, com metodologias inovadoras e uso integrado de tecnologias digitais.

A oferta das componentes curriculares na modalidade a distância se dará de forma articulada com os demais componentes presenciais, seguindo critérios e normativas institucionais que preveem credenciamento obrigatório para docentes por meio de realização de curso de capacitação, atendimento às exigências específicas para elaboração de plano de ensino, produção e curadoria de materiais didáticos digitais e exercício da tutoria integrada à docência. Esse acompanhamento sistemático será realizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS) e de outras ferramentas de apoio, que sejam acessíveis aos estudantes.

Nas componentes curriculares ofertadas a distância, o professor responsável por ministrar a disciplina exercerá o papel de professor tutor, atrelando



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

à docência as atividades de tutoria, mediação e acompanhamento dos estudantes, que se integram ao trabalho pedagógico nesse contexto. Nessa perspectiva, a tutoria está integrada à docência, no sentido da mediação pedagógica, da orientação constante, da comunicação, do acompanhamento, do desenvolvimento da autonomia de aprendizagem, do **feedback**, da avaliação e da personalização da aprendizagem.

As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o Curso, utilizarão obrigatoriamente o AVA UFMS, regulamentado pela instituição e disponível em ava.ufms.br, com recursos tecnológicos e recursos educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes.

Assim o professor poderá dinamizar a composição do material didático no AVA UFMS com a utilização de livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, **podcasts**, revistas científicas, conteúdos interativos, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

No âmbito das ofertas das unidades curriculares, o AVA será utilizado como ponto focal para o gerenciamento das atividades acadêmicas dos estudantes, para acesso dos materiais e recursos das disciplinas e também para realização de atividades que envolvam trabalho colaborativo, pensamento crítico e desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional.

A UFMS possui plano de avaliação das atividades de Tutoria e do AVA, que são avaliados periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica durante os processos de avaliação realizados pela CPA, os resultados das avaliações serão utilizados para nortear o planejamento de melhorias, ações corretivas e aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. No caso de identificação de necessidades de capacitação de tutores, a Agência de Educação Digital e a Distância (Agead) realizará planejamento de cursos institucionais com a finalidade atender as necessidades identificadas.

O material didático para disciplinas parcial ou totalmente a distância deverá ser validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Unidade de Ensino, por meio de instrumento específico. Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Agead.

5.7. AVALIAÇÃO

A avaliação do PPC do Curso de Pedagogia ocorrerá periódica e sistematicamente pelo NDE em diálogo com o todo o corpo docente, incluindo a participação de alunos formandos e egressos nas discussões e possibilidades de tratamento de possíveis impasses. Tal prática se realizará mediante acompanhamento e análise no que se refere ao processo de articulação e coerência entre a matriz curricular, as ações de integração, os objetivos formativos, o perfil dos egressos e as demandas do cotidiano escolar e das realidades institucionais. Nesses termos, a avaliação se apresenta como um processo de monitoramento da qualidade formativa e efetiva do curso.

A avaliação também é considerada como parte integrante do processo de formação de professores por ser um processo que possibilita diagnosticar possíveis lacunas existentes durante o percurso da formação inicial. Tem-se na avaliação um instrumento importante e impulsionador de mudanças no que se refere à produção e disseminação de conhecimento, gerado no âmbito do(a) estudante.

Em vista disso, a reflexão sobre avaliação nos últimos tempos, como bem destaca Luckesi (1997), tem provocado inúmeras críticas ao modelo de concepção autoritária vigente nos âmbitos escolares. Para além de uma avaliação autoritária e estática, o autor concebe o processo de avaliação como um instrumento tradutor da pedagogia para novos rumos, o qual, ainda, deve ser um instrumento dialético de



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

avanços. É necessário o resgate da avaliação diagnóstica sem perder o rigor científico e técnico, de modo que se garanta o mínimo necessário de aprendizagem. Vale lembrar que o professor e estudante são elementos essenciais na construção democrática e participativa do processo avaliativo do ensino.

Considerados não como fins em si mesmos, os procedimentos de avaliação devem levar em conta os processos de ensino e de aprendizagem, como elemento fundamental para o planejamento das aulas dos professores e da condução dos estudos dos(as) estudantes. Estes processos serão realizados por disciplina, durante o ano letivo, pois, avaliar é um meio para o aperfeiçoamento das questões educativas. Estas premissas se materializarão por meio dos seguintes instrumentos:

- atividades escritas como provas, questionários, simulados, artigos, relatórios, fichamentos, resenha, entrevistas transcritas.
- atividades práticas: observação do estágio obrigatório do curso, produção de material didático pedagógico, análise de situações problemas, estudos de caso, entrevistas.

Os estudantes público alvo da educação especial, os que apresentarem diagnóstico de síndrome e/ou transtornos (Síndrome de Down; Transtorno do Espectro Autista; entre outros) terão direito a atividades diferenciadas e direcionadas de acordo com laudo médico.

Além disso poderão ser adotadas outras formas previstas nos planos de ensino das disciplinas e de acordo com as normas vigentes na instituição.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura curricular do Curso; II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso; IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos; V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes; VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso; VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos indicadores de desempenho do curso; VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o art. 50. do Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso de Graduação será um dos professores do Colegiado de Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial do Curso, eleito pelos professores que ministram disciplinas no Curso e pelos acadêmicos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser portador de título de Mestre ou de Doutor, preferencialmente com formação na área de graduação ou de pós-graduação **stricto sensu** do Curso. Como sugestão para uma boa gestão, o Coordenador poderá, em seu período de exercício, fazer o Curso de Capacitação para Formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD).

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2022.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Secretaria de Controle Escolar (Seconte), secretaria subordinada à Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica (Digac), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante à instituição, o processo volta para a Unidade de Origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição, a mesma ata é impressa e depois de assinada, é arquivada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina; Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Coac, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários às reuniões dos Colegiados de Curso, providenciar a publicação das Resoluções homologadas nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, a distribuição de disciplinas, aprovação dos planos de ensino, entre outros, é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanham o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

Os discentes contarão com o apoio das diversas Pró-Reitorias da UFMS, do Câmpus e do curso de Pedagogia do CPNV.

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS. Estão vinculadas à Proaes: a Diretoria de Assuntos Estudantis (Diaes) e a Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil (Diest).

A Diaes é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação, saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três secretarias:

- Secretaria de Assistência Estudantil (Seae): é a unidade responsável



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil da UFMS.

- Secretaria de Espaços de Alimentação (Seali): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à alimentação dos estudantes oferecidas nos espaços da UFMS.
- Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A Diiest é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas de ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes no âmbito da UFMS. Está estruturada em três secretarias:

- Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Sedepe): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação de estágio dos estudantes da UFMS.
- Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS.
- Secretaria de Formação Integrada (Sefi): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e a integração destes na vida universitária visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte da UFMS.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de pesquisa e de pósgraduação da UFMS. Por meio da Secretaria de Iniciação Científica e Tecnológica (Seict) a Propp gerencia e acompanha os programas institucionais, projetos e bolsas de Iniciação Científica, nas diferentes modalidades, desenvolvidas na UFMS, tais como os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação da UFMS.

A Prograd promove a participação dos acadêmicos em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento. O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease/Proaes) para o atendimento psicológico e outras providências.

No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmicas-artísticas realizadas pelo Curso.

Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário. Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como: bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), bolsas de monitoria de ensino de graduação, Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e bolsas de extensão (PBEXT), Residência Pedagógica.

Nos últimos anos tem sido verificada carência na formação básica dos discentes, especialmente em língua portuguesa e matemática, o que dificulta o processo ensino-aprendizagem. Objetivando minimizar esse problema, Cursos de Nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa podem ser oferecidos via Projeto de Ensino de Graduação (PEG), obedecendo a resolução vigente. Tais Cursos de Nivelamento podem ser oferecidos aos discentes, em horário extracurricular, no primeiro semestre de cada ano e/ou em período especial, via Sistema de Ensino à Distância da UFMS. Além disso, de acordo com a necessidade e ao longo curso, reforço pedagógico será aplicado por meio de monitorias nas disciplinas curriculares.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS BÁSICOS	
Currículo e Educação	68
Didática I	68
Educação Especial	68
Educação e Relações Étnico-raciais	68
Estudos de Libras	68
Filosofia da Educação	68
Gestão Escolar	68
História da Educação I	68
História da Educação II	68
Políticas Educacionais	68
Psicologia da Educação	68
Sociologia da Educação	68
Trabalho Acadêmico	68
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	
Artes e Educação: Fundamentos e Práticas	68
Didática II	68
Dificuldades e Transtornos Aprendizagem	68
Educação de Jovens e Adultos	68
Educação em Contextos Não Escolares	68
Educação, Gênero e Sexualidade	68
Educação, Mídias e Tecnologias	68
Fundamentos e Metodologias da Alfabetização e Letramento	68
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	68
Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências e Educação Ambiental	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	68
Gestão, Avaliação Educacional e Planejamento	68
Infância e Sociedade	68
Literatura Infantil e Educação	68
Ludicidade e Educação	68
Língua Portuguesa Como Segunda Língua para Surdos	68
Pesquisa na Educação Básica I	68
Pesquisa na Educação Básica II	68
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	68



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE DIMENSÕES PRÁTICAS	
Estágio Obrigatório I	100
Estágio Obrigatório II	100
Estágio Obrigatório III	100
Estágio Obrigatório IV	100
Práticas de Educação em Contextos Não Escolares	68
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidos por outros cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Cidadania e Educação	68
Cultura Brasileira	68
Direitos Humanos e Educação Ambiental	68
Educação Ecológica-ambiental	68
Educação Indígena	68
Linguagem e Educação	68
Práticas em Educação Infantil	68
Práticas em Educação Midiática e Educomunicação	68
Recreação e Jogos	68
Sujeito, Subjetividade e Psicologia	68

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	200
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	332
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	136
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68

Para integralização do Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, dez por cento da carga horária total do Curso em atividades de extensão, de forma articulada com o ensino, em componentes curriculares disciplinares e/ou não disciplinares, definidos na oferta por período letivo e registrado a cada oferta.

As Componentes Curriculares Disciplinares do Curso poderão ser cumpridas total ou parcialmente na modalidade de distância definidas na oferta, observando o percentual máximo definido nas normativas vigentes.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	Definições Específicas
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2023-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Educação Especial	68					68
Filosofia da Educação	68					68
História da Educação I	68					68
Ludicidade e Educação	68					68
Trabalho Acadêmico	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
2º Semestre						
Didática I	68					68
Estudos de Libras	68					68
História da Educação II	68					68
Psicologia da Educação	68					68
Sociologia da Educação	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
3º Semestre						
Didática II	68					68
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	34		34			68
Infância e Sociedade	68					68
Políticas Educacionais	68					68
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	68					68
SUBTOTAL	306	0	34	0	0	340



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
4º Semestre						
Educação, Mídias e Tecnologias	68					68
Fundamentos e Metodologias da Alfabetização e Letramento	34		34			68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	34		34			68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	34		34			68
Gestão Escolar	68					68
SUBTOTAL	238	0	102	0	0	340
5º Semestre						
Artes e Educação: Fundamentos e Práticas	34		34			68
Currículo e Educação	68					68
Estágio Obrigatório I	100					100
Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	34		34			68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	34		34			68
Pesquisa na Educação Básica I	34		34			68
SUBTOTAL	304	0	136	0	0	440
6º Semestre						
Educação em Contextos Não Escolares	68					68
Estágio Obrigatório II	100					100
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências e Educação Ambiental	34		34			68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	34		34			68
Pesquisa na Educação Básica II	34		34			68
SUBTOTAL	270	0	102	0	0	372
7º Semestre						
Educação e Relações Étnico-raciais	68					68
Educação, Gênero e Sexualidade	68					68
Estágio Obrigatório III	100					100
Gestão, Avaliação Educacional e Planejamento	68					68



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
7º Semestre						
Práticas de Educação em Contextos Não Escolares			68			68
SUBTOTAL	304	0	68	0	0	372
8º Semestre						
Dificuldades e Transtornos Aprendizagem	68					68
Educação de Jovens e Adultos	68					68
Estágio Obrigatório IV	100					100
Língua Portuguesa Como Segunda Língua para Surdos	34		34			68
Literatura Infantil e Educação	34		34			68
SUBTOTAL	304	0	68	0	0	372
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						136
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	136
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
(Acs-nd) Atividades Complementares						200
(Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	268
TOTAL	2406	0	510	0	0	3320

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES DISCIPLINARES

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
1º Semestre	
Educação Especial	



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
1º Semestre	
Filosofia da Educação	
História da Educação I	
Ludicidade e Educação	
Trabalho Acadêmico	
2º Semestre	
Didática I	
Estudos de Libras	
História da Educação II	
Psicologia da Educação	
Sociologia da Educação	
3º Semestre	
Didática II	
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	
Infância e Sociedade	
Políticas Educacionais	
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	
4º Semestre	
Educação, Mídias e Tecnologias	
Fundamentos e Metodologias da Alfabetização e Letramento	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	
Gestão Escolar	
5º Semestre	
Artes e Educação: Fundamentos e Práticas	
Currículo e Educação	
Estágio Obrigatório I	
Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	
Pesquisa na Educação Básica I	
6º Semestre	
Educação em Contextos Não Escolares	
Estágio Obrigatório II	Estágio Obrigatório I



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
6º Semestre	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências e Educação Ambiental	
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	
Pesquisa na Educação Básica II	Pesquisa na Educação Básica I
7º Semestre	
Educação e Relações Étnico-raciais	
Educação, Gênero e Sexualidade	
Estágio Obrigatório III	
Gestão, Avaliação Educacional e Planejamento	
Práticas de Educação em Contextos Não Escolares	
8º Semestre	
Dificuldades e Transtornos Aprendizagem	
Educação de Jovens e Adultos	
Estágio Obrigatório IV	Estágio Obrigatório III
Língua Portuguesa Como Segunda Língua para Surdos	
Literatura Infantil e Educação	
Optativas	
Cidadania e Educação	
Cultura Brasileira	
Direitos Humanos e Educação Ambiental	
Educação Ecológica-ambiental	
Educação Indígena	
Linguagem e Educação	
Práticas em Educação Infantil	
Práticas em Educação Midiática e Educomunicação	
Recreação e Jogos	
Sujeito, Subjetividade e Psicologia	

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

CCNDs	DISCIPLINAS	Porcentagem
NÃO SE APLICA		



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

LEGENDA:

- Percentual de CH (em relação a CH total do Curso) que o estudante deve ter cursado para realizar a componente

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Em vigor até 2022/2	CH	Em vigor a partir de 2023/1	CH
Currículo, Ensino e Cultura	68	Currículo e Educação	68
Didática I	68	Didática I	68
Didática II	68	Didática II	68
Educação de Jovens e Adultos	68	Educação de Jovens e Adultos	68
Educação e Sexualidade	34	Educação, Gênero e Sexualidade	68
Educação Especial	68	Educação Especial	68
Educação, Inclusão e Diversidade	68	Sem Equivalência	
Educação, Saúde e Meio Ambiente	34	Sem Equivalência	
Ensino e Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Escolar	68	Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem	68
Estudo de Libras	68	Estudos de Libras	68
Estágio Obrigatório em Educação Infantil I	102	Estágio Obrigatório I	100
Estágio Obrigatório em Educação Infantil II	85	Estágio Obrigatório II	100
Estágio Obrigatório em Gestão Escolar	68	Sem Equivalência	
Estágio Obrigatório em Trabalho e Educação	68	Práticas de Educação em Contextos Não Escolares	68
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	102	Estágio Obrigatório III	100
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85	Estágio Obrigatório IV	100
Filosofia da Educação I	68	Filosofia da Educação	68
Filosofia da Educação II	68	Sem Equivalência	
Fundamentos e Metodologias da Alfabetização, Língua e Letramento	68	Fundamentos e Metodologias da Alfabetização e Letramento	68
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	68	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	68	Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte e do Movimento	68	Artes e Educação: Fundamentos e Práticas	68



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Em vigor até 2022/2	CH	Em vigor a partir de 2023/1	CH
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	68	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências e Educação Ambiental	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	68	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	68	Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	68	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	68
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	68	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	68
Gestão Educacional	68	Gestão, Avaliação Educacional e Planejamento	68
Gestão Escolar	68	Gestão Escolar	68
História da Educação	68	História da Educação I	68
História da Pedagogia	68	História da Educação II	68
I (Acs-nd) Atividades Complementares	200	I (Acs-nd) Atividades Complementares	200
Infância e Sociedade	68	Infância e Sociedade	68
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68
Ludicidade e Educação	68	Ludicidade e Educação	68
Língua Portuguesa Como Segunda Língua para Surdos	34	Língua Portuguesa Como Segunda Língua para Surdos	68
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68	Trabalho Acadêmico	68
Organização da Educação Escolar no Brasil	68	Sem Equivalência	
Pesquisa em Educação I	68	Pesquisa na Educação Básica I	68
Pesquisa em Educação II	68	Pesquisa na Educação Básica II	68
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	68	Políticas Educacionais	68
Psicologia da Educação I	68	Psicologia da Educação	68
Psicologia da Educação II	68	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	68
Sociologia da Educação	68	Sociologia da Educação	68
Sem Equivalência		Literatura Infantil e Educação	68
Tecnologias e Educação	68	Educação, Mídias e Tecnologias	68
Trabalho e Educação em Contextos Não-escolares	68	Educação em Contextos Não Escolares	68
Tópicos Educacionais em Educação e Igualdade Étnico-racial	51	Educação e Relações Étnico-raciais	68



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Pedagogia estão lotadas no Câmpus de Naviraí.

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- ARTES E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS: A produção e a diversidade cultural da arte na articulação com a escola e com as práticas pedagógicas. As artes como linguagens, formas de expressão e campos do conhecimento. A arte como objeto sócio histórico na educação brasileira. As artes no trabalho do professor pedagogo. **Bibliografia Básica:** Barbosa, Ana Mae Tavares Bastos. Arte-educação no Brasil. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. Ferreira, Sueli (Org.). o Ensino das Artes: Construindo Caminhos. 10. Ed. Campinas: Papyrus, 2015. Pillar, Analice Dutra. **Desenho e Escrita Como Sistemas de Representação.** 2. Porto Alegre Penso 2012 1 Recurso Online Isbn 9788563899767. **Bibliografia Complementar:** Fischer, E. a Necessidade da Arte. 9. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Derdyck, Edith. Formas de Pensar o Desenho: Desenvolvimento do Grafismo Infantil. São Paulo: Panda Educação, 2020. Ferraz, M. H. C. T. Et Al. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 1993. Lilia de Oliveira Rosa. **Musicalização na Escola: do Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** Editora Intersaberes, 2022. 314 P. Isbn 9786555173932. Fernanda de Souza Almeida. **Dançarelado - Arte, Educação e Infância.** Summus Editorial, 2022. 20 P. Isbn 9786555490619.

- CIDADANIA E EDUCAÇÃO: Relação entre educação e as ações dos homens na sociedade. O processo de conquista de direitos e deveres nas relações políticas intersubjetivas na construção social. **Bibliografia Básica:** Ortiz, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2012. 148 P. Isbn 8511070141. Ferreiro, E. Cultura, Escrita e Educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. Ariés, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 2018. 196 P. Isbn 9788521613473. **Bibliografia Complementar:** Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação. Dagoberto José Fonseca (Org.) São Paulo: Unesp, Pró-reitoria de Graduação, 2003. Sarmento, M.; Cerisara, A. B. (Org.). Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação. Porto: Edições Asa, 2004. Reis, M. F. C. T. Infância, Escola e Pobreza: Ficção e Realidade. Campinas: Autores Associados, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

- CULTURA BRASILEIRA: Cultura como manifestação do homem. Cultura de desenraizamento. O público e o privado na cultura brasileira. Cultura brasileira como espaço de manifestação do erudito e do popular. Cultura e violência. **Bibliografia Básica:** Ortiz, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2012. 148 P. Isbn 8511070141. Ferreiro, E. Cultura, Escrita e Educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. Ribeiro, D. O Povo Brasileiro: a Formação E O Sentido do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. **Bibliografia Complementar:** Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação: Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação. Dagoberto José Fonseca (Org.) São Paulo: Unesp, Pró-reitoria de Graduação, 2003. Coutinho, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre Idéias e Formas.** 2. Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro, Rj: Dp&A, 2000. 265 P. Isbn 9788574900178. Candau, Vera Maria (Org.).



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Reinventar a Escola. 8. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 259 P. Isbn 9788532623324.

- **CURRÍCULO E EDUCAÇÃO:** Teorias do currículo. Determinações históricas, culturais, epistemológicas, sociais e ideológicas do currículo. Modelos de organização curricular e suas implicações no processo formativo. Currículo, cultura e produção de conhecimento escolar. O currículo no cotidiano da escola pública. Políticas curriculares. Bibliografia Básica: Hernandez, Fernando. a Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: o Conhecimento É um Caleidoscópio. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009. Eyng, Ana Maria. Currículo Escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012. Goodson, Ivor. **Currículo:** Teoria e História. 13 Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 141 P. (Ciências Sociais da Educação). Isbn 9788532614285. Bibliografia Complementar: Moreira, Antonio Flavio Barbosa (Org.). **Currículo:** Questões Atuais. 18. Ed. São Paulo, Sp: Papyrus, 2014. 143 P. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Isbn 9788530804428. Arroyo, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa.** 2. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, C2011. 374 P. Isbn 978-85-326-4083-3. Nogueira, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos Projetos. Uma ... 7 Ed. São Paulo: Erica. 2007. Menegolla, Maximiliano. **por que Planejar? Como Planejar?:** Currículo, Área, Aula. 21. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 157 P. Isbn 9788532607768.

- **DIDÁTICA I:** Bases epistemológicas e históricas da Didática. Didática e formação docente. Construção da identidade docente. Mediação pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem. Sala de aula e outros espaços como formas de organização do processo de ensino e da aprendizagem. Bibliografia Básica: Candau, Vera Maria. a Didática em Questão. Petrópolis: Vozes, 1999. Libâneo, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2012. Pimenta, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. Bibliografia Complementar: Geraldí, Corinta Maria Grisolia; Fiorentini, Dario; Pereira, Elisabete Monteiro de Aguiar. Cartografias do Trabalho Docente: Professor (A) - Pesquisador (A). Campinas: Mercado das Letras, 2000-2008. Isbn 85-85725-34-6 Comenius, Jan Amos. Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Dias, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Atlas, 2011. Saviani, Nereide. Saber Escolar, Currículo e Didática: Problemas da Unidade Conteúdo/Método no Processo Pedagógico. 5. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Tardif, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

- **DIDÁTICA II:** Trabalho docente, mediação e práticas pedagógicas nos processos de ensino e de aprendizagem. Planejamento e organização do tempo, espaço e rotinas de aprendizagem: conhecimento da realidade, seleção de conteúdos, metodologias, recursos e avaliação da aprendizagem e do processo educativo. Bibliografia Básica: Hernández, Fernando. Ventura, Monserrat. a Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: o Conhecimento É um Caleidoscópio. Porto Alegre, 1998. Libâneo, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2000. Bacich, Lilian; Moran, José Manuel. (Org.). Metodologias Ativas para Uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017. Bibliografia Complementar: Luckesi, Cipriano Carlos. a Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 1995. Vasconcellos, Celso dos Santos. Construção do Conhecimento em Sala de Aula. São Paulo: Libertad. 1995. Candau, Vera Maria. Didática, Currículo e Saberes Escolares. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001. Hoffmann, Jussara. Esteban, Maria Teresa (Orgs). Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003. Veiga, Ilma Passos



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Alencastro. Técnicas de Ensino: por que Não? Campinas: Papyrus, 8 Ed. 1999.

- **DIFICULDADES E TRANSTORNOS APRENDIZAGEM:** A produção do fracasso escolar no Brasil e questões sociais. Dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem. Pessoas com Deficiência (PcD), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtornos do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades / Superdotação. Tratamento dos problemas de aprendizagem. **Bibliografia Básica:** Pain, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem.** Porto Alegre, Rs: Artmed, 2008. 87 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 9788573074147. Sisto, Fermino Fernandes (Org.). Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Psicopedagógico. 8. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017. Bossa, Nadia Aparecida. Dificuldades de Aprendizagem: o que São? Como Tratá-las? Porto Alegre, Rs: Artmed, 2013. **Bibliografia Complementar:** Cunha, Eugênio. **Autismo e Inclusão:** Psicopedagogia e Práticas Educativas na Escola e na Família. 7.Ed. Rio de Janeiro, Rj: Wak Ed., 2017. 135 P. Isbn 9788578540425. Fleith, Denise de Souza; Alencar, Eunice M. L. Soriano de (Org.). **Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades:** Orientação a Pais e Professores. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2008. 188 P. Isbn 978-85-363-0900-2. Coll, César; Marchesi, Alvaro; Palácios, Jesus (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: [Volume] 3 : Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. 2. Ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2010. Castro, Chary A. Alba; Nascimento, Luciana. **Tdah:** Inclusão nas Escolas: Adequação da Classe Regular de Ensino para Alunos Portadores de Tdah (Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade. Rio de Janeiro, Rj: Ciência Moderna, 2009. 120 P. Isbn 978-85-7393-855-5. Facion, José Raimundo. **Transtornos do Desenvolvimento e do Comportamento.** Curitiba, Pr: Intersaberes, 2013. 133 P. (Inclusão Escolar). Isbn 9788582126448.

- **DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** O processo de constituição dos Direitos Humanos. Os documentos fundadores como resultados sócio-históricos. Os Direitos Humanos como projeto de sociedade. Os princípios norteadores dos Direitos Humanos. A influência do Direito ao Meio Ambiente Sustentável sobre o projeto dos Direitos Humanos. O processo de efetivação dos Direitos Humanos. O processo de efetivação do Direito ao Meio Ambiente Sustentável. Sujeitos e metodologias do processo de efetivação dos Direitos Humanos e da Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Dias, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental.** Gaia Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional.** São Paulo Saraiva Carvalho, Isabel. **Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico.** São Paulo Cortez, Philippi Junior, Arlindo; Pelicioni, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, Sp: Manole, 2005. 878 P. : II (Ambiental ; 3) Isbn 85-204-2207-1 Alexy, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** São Paulo, Sp: Malheiros, 2012. 669 P. (Teoria e Direito Público) Isbn 978-85-392-0073-3. **Bibliografia Complementar:** Almeida, Paulo Santos De. **Direito Ambiental Educacional: suas Relações com os Direitos da Criança e do Adolescente.** Viola, Solon Eduardo Annes. **Direitos Humanos e Democracia no Brasil.** Unisinos Hunt, Lynn. **a Invenção dos Direitos Humanos: Uma História .** São Paulo (Sp): Companhia das Letras, 2009. 285 P. Isbn 9788535914597 Afonso, Maria Lúcia Miranda; Abade, Flávia Lemos. **Jogos para Pensar: Educação em Direitos Humanos e Formação para a Cidadania .** Belo Horizonte: Autêntica, Ouro Preto: Ufop, 2013. 90 P. (Série Cadernos da Diversidade) Isbn 9788582171486 Paula, Milton Rego De. **Percepção Ambiental** Uma Questão de Educação. Goiânia, Go: Kelps, 2009. Isbn 9788577665235.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

- **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** Fundamentos e História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Legislação brasileira e as políticas educacionais para e na EJA. Objetivos, planejamento, metodologias, estratégias e avaliação na EJA. Bibliografia Básica: Santos, Edinéia Natalino da Silva. o Fenômeno do “Rejuvenescimento” dos Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e os Desafios para Organização do Trabalho Pedagógico. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Educação, 2013, 153F. Disponível Em: [Http://Portal.unemat.br/Media/Oldfiles/Educacao/Docs/Dissertacao/2013/Edineia_Natalino_Da_Silva_Santos.pdf](http://Portal.unemat.br/Media/Oldfiles/Educacao/Docs/Dissertacao/2013/Edineia_Natalino_Da_Silva_Santos.pdf). Brandão, Carlos Rodrigues. o que É Método Paulo Freire. São Paulo, Sp: Brasiliense, 2010. Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 2008. Bibliografia Complementar: Freire, Paulo. a Importância do Ato de Ler: em Três Artigos que Se Completam. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. 102 P. Isbn 9788524916465. Romão, José Eustáquio (Org.). **Educação de Jovens e Adultos:** Teoria, Prática e Proposta. 12. Ed. São Paulo, Sp: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2011. 160 P. Isbn 9788524917127. Pinto, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2005.

- **EDUCAÇÃO ECOLÓGICA-AMBIENTAL:** Educação e meio ambiente. Educação para a ecologia. Bibliografia Básica: Guimarães, M. A. Dimensão Ambiental na Educação. São Paulo: Papyrus, 1995. Guimarães, M. A. Formação de Educadores Ambiental. São Paulo: Papyrus, 2004. Gadotti, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo, Petrópolis, 2000. Bibliografia Complementar: Morin, E. Educação e Complexidade: os Sete Saberes e Outros Ensaio. São Paulo: Cortez, 2013. Penteado, H. D. Meio Ambiente e Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 2000. Gonçalves, C. W. P. o Desafio Ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- **EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES:** A educação não escolar na sociedade contemporânea. Modalidades de educação: formal, não formal, informal e social. Processos educativos nos contextos não escolares. As possibilidades de atuação do Pedagogo em âmbitos não escolares. Educação e Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Paulo, Fernanda dos Santos. Concepções de Educação: Espaços, Práticas, Metodologias e Trabalhadores da Educação Não Escolar. Curitiba: Intersaberes, 2020. Gohn, M. da G. Educação Não Formal e Cultura Política. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 63. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. Bibliografia Complementar: Padilha, Anna Maria Lunardi. Contribuições Teórico-metodológicas para o Estudo sobre o Discurso dos Meninos Internos em Instituição Prisional Intermeio: Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, Ms, V.12, N.24, P. 104-116, Jul. 2006. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. do Processo Legislativo. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 232 P. Isbn 978-85-02-17684-3. Paula, Ercília Maria Angeli Teixeira De. Educação, Diversidade e Esperança; a Práxis Pedagógica no Contexto da Escola Hospitalar. Universidade Federal da Bahia, Salvador: (Tese de Doutorado), 2005. Bauli, Regis Alan, Muller, Veronica Regina. Normatização da Profissão Do(A) Educador(A) Social: Mitos e Metas. Ensino & Pesquisa, V. 15, Nº 2, (2017), Suplemento.

- **EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:** Conceitos fundamentais: diversidade, raça, etnia e preconceito. Bases epistemológicas para a compreensão do racismo. História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira. História e cultura indígena. História e cultura da formação do povo brasileiro. Papel dos Movimentos Sociais. Efeitos das Ações Afirmativas. Conquistas históricas e Marcos Legais. Educação das Relações Étnico-raciais. Interseccionalidade e Educação antirracista.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Bibliografia Básica: Brasil; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais.** Brasília, Df: Secad, 2010. 256 P. Urquiza, Antonio Hilário Aguilera (Org.). **Culturas e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 334 P. Isbn 9788576134367. Cavalleiro, Eliane dos Santos. o Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. 6. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2017. 110 P. Munanga, Kabengele; Gomes, Nilma Lino. para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2006. **Bibliografia Complementar:** Lima, Heloisa Pires. Personagens Negros: um Breve Perfil na Literatura Infanto-juvenil. In: Munanga, Kabenguele. Superando o Racismo na Escola. Crochik, José Leon. **Preconceito, Indivíduo e Cultura.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Casa do Psicólogo, 2006. 174 P. Isbn 8573964898. Fafe - Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Usp), Equipe de Elaboração Ulisses F. Araújo... [Et Al.] (Org.). Programa Ética e Cidadania: Construindo Valores na Escola e na Sociedade: Relações Étnico-raciais e de Gênero. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007. [Módulo 1: Ética - Módulo 2 : Convivência Democrática - Módulo 3: Direitos Humanos - Módulo 4: Inclusão Social. Castro, Mary Garcia; Abramoway, Miriam. Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade. Brasília: Unesco, 2006. Um Olhar Além das Fronteiras: Educação e Relações Raciais. São Paulo: Autêntica, 2007. 1 Recurso Online. (Cultura Negra e Identidades). Isbn 9788551302309.

- **EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Introdução à Educação Especial: aspectos históricos, filosóficos e sociais. Marcos Legais. Educação Especial e Direitos Humanos. Preconceito e Estigma na sociedade. Políticas públicas de Educação Especial no Brasil e em Mato Grosso do Sul. O público-alvo da Educação Especial e a perspectiva da educação inclusiva. Formação e prática do professor. **Bibliografia Básica:** Bianchetti, Lucídio. Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos Considerados Deficientes. In: Bianchetti, Lucídio; Freire, Ida Mara (Org). um Olhar sobre a Diferença: Interação, Trabalho e Cidadania. 7. Ed. Pp. 21-51. Campinas: Papyrus, 2006. Brasil. Krohling, Aloísio. Direitos Humanos Fundamentais: Diálogo Intercultural e Democracia. São Paulo: Paulus, 2009. Isbn 978-85-349-3143-4 Beyer, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola: de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. **Bibliografia Complementar:** Januzzi, Gilberta. Algumas Concepções de Educação do Deficiente. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, V. 25, N. 3, 2004. Méndez-rocasolano, María. Direitos Humanos: Conceitos, Significados e Funções. São Paulo: Saraiva, 2010. Mendes, Enicéia Gonçalves. Inclusão Marco Zero-começando pelas Creches. Junqueira&Marin Editores, 2010. Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível Em: [Http://Portal.mec.gov.br/Arquivos/Pdf/Politicaeducoespecial.pdf](http://Portal.mec.gov.br/Arquivos/Pdf/Politicaeducoespecial.pdf) Cunha, Eugênio. Práticas Pedagógicas para Inclusão e Diversidade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2016.

- **EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE:** Estudo dos aspectos biopsicossociais e culturais da sexualidade. Desenvolvimento psicosexual e manifestações da sexualidade no cotidiano escolar. Relações de gênero, identidade e diversidade em contextos educativos. Diretrizes oficiais voltadas para a educação sexual no Brasil. Diversidade sexual, familiar, relações não discriminatórias e respeito às diferenças nos espaços educacionais. **Bibliografia Básica:** Louro, Guacira Lopes; Neckel, Jane Felipe; Goellner, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um Debate Contemporâneo na Educação. 9. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013. 191 P. Isbn



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

9788532629142. Gonçalves, Josiane Peres (Org.). **Tempo, Gênero & Prática Docente**: Refletindo o Trabalho de Professores Homens no Magistério. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2016. 185 P. Isbn 9788576135487. Furlani, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula** Relações de Gênero, Orientação Sexual e Igualdade Étnico-racial Numa Proposta de Respeito Às Diferenças. São Paulo Autêntica 2011 1 Recurso Online Isbn 9788582178195. Bibliografia Complementar: Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/Mec). Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Superar Preconceitos. Brasília: Mec/Secad, 2007. Disponível Em: [Http://Pronacampo.mec.gov.br/Images/Pdf/Bib_Cad4_Gen_Div_Prec.pdf](http://Pronacampo.mec.gov.br/Images/Pdf/Bib_Cad4_Gen_Div_Prec.pdf) Del Priore, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. 10. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2018. Stearns, Peter N. **História das Relações de Gênero**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2012. 250 P. Isbn 978-85-7244-355-5. Ariés, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 2018. Brasil, Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ensino Fundamental: Orientação Sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível Em: [Http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Pcn/Orientacao.pdf](http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Pcn/Orientacao.pdf).

- **EDUCAÇÃO INDÍGENA**: Práticas tradicionais da cultura nativa; sentimento de pertencimento étnico, identidade indígena e integração social. História da população indígena: hispano-indígena. A política indigenista brasileira. A população indígena de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Guarani, Kadwéu, Terena, Bororó, Kaiapó, Paiaguá Guató, Ofayé e outros. O papel da educação na população indígena brasileira. Bibliografia Básica: Mello, L. G. M. Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas. Petrópolis, Rj: Vozes, 1995. Brasil, Resolução Cne/Ceb Nº 5, de 22 de Junho de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Brasília,, Df, 2012. Silva, Giovani José Da; Costa, Anna Maria Ribeiro F. M. da (Null). Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica. São Paulo: Autêntica, 2018. 1 Recurso Online. (Práticas Docentes). Isbn 9788551303214. Bibliografia Complementar: Cadernos Cedes. Educação Indígena e Interculturalidade. N. 49. Unicamp, 1999. [Disponível Em: [Https://Www.cedes.unicamp.br/Publicacoes/Edicao/281](https://Www.cedes.unicamp.br/Publicacoes/Edicao/281), Acesso em 17 de Set. de 2018] Melià, B. Educação Indígena na Escola. Cadernos Cedes, Ano Xix, Nº. 49. 1999. Brasil. In: em Aberto 76. Brasília: Inep/Mec. P. 34-43. 2003. Freire, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- **EDUCAÇÃO, MÍDIAS E TECNOLOGIAS**: Cultura digital e cultura escolar. Conceitos e pressupostos teóricos e metodológicos do uso das mídias e tecnologias na educação. Letramento digital e multiletramentos. Ferramentas e tecnologias digitais para a educação. Práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais. Educação aberta e os Recursos Educacionais Abertos. Educação midiática, cidadania digital e direitos digitais. Bibliografia Básica: Lévy, Pierre. Cibercultura. Carlos Irineu da Costa (Trad.). São Paulo: 34, 2005 Brites, Maria José; Castro, Teresa Sofia. Digi-educa: Experiências e Reflexões sobre Cidadania Digital. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021. Disponível Em: [Https://Link.ufms.br/Z1Fqd](https://Link.ufms.br/Z1Fqd). Santos, Edméa; Alves, Lynn. (Org.). Práticas Pedagógicas e Tecnologias Digitais. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. Pérez Gómez, Ángel I. **Educação na Era Digital** a Escola Educativa. Porto Alegre Penso 2015 1 Recurso Online Isbn 9788584290246. Bibliografia Complementar: Resnick, Mitchel. Aprendizagem Criativa. In: Resnick, Mitchel. Jardim de Infância para a Vida Toda: por Uma Aprendizagem Criativa, Mão na Massa e Relevante para Todos. Tradução: Mariana Casetto Cruz, Lívia Rulli



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Sobral. Revisão Técnica: Carolina Rodeghiero, Leo Burd. Porto Alegre: Penso, 2020. E-book. Araripe, Juliana P. G. A.; Lins, Walquíria C. B. Competências Digitais na Formação Inicial de Professores. São Paulo: Cieb; Recife: Cesar School, 2020. E-book. Disponível Em: [Https://Link.ufms.br/Nkkua](https://Link.ufms.br/Nkkua). Acesso Em: 11 Fev. 2022. Ferrari, Ana Claudia; Ochs, Mariana. Daniela Machado. Guia da Educação Midiática. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível Em: [Https://Bit.ly/2V001Zn](https://Bit.ly/2V001Zn). Acesso Em: 8 Fev. 2022. Meira, Luciano; Blikstein, Paulo. (Org.). Ludicidade, Jogos Digitais e Gamificação na Aprendizagem: Estratégias para Transformar as Escolas no Brasil. Porto Alegre: Penso, 2020. Santana, Bianca; Rossini, Carolina; Pretto, Nelson de Lucca. (Org.). Recursos Educacionais Abertos: Práticas Colaborativas e Políticas Públicas. São Paulo: Casa da Cultura Digital/Edufba, 2012. Disponível Em: [Https://Link.ufms.br/Da9By](https://Link.ufms.br/Da9By).

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I: Concepções teóricas que envolvam conceitos de estágio. Processos de Investigação e problematização de experiências teórico-práticas da docência. Vivência de processos pedagógicos da Educação Infantil. **Bibliografia Básica:** Brasil. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2017. [Acessado Em: 11 de Fevereiro de 2022] Disponível Em: [Http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Bncc_Ei_Ef_110518_Versaofinal_Site.pdf](http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Bncc_Ei_Ef_110518_Versaofinal_Site.pdf) Pimenta, Selma Garrido. o Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática? São Paulo: Cortez, 2002. Ostetto, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil: Partilhando Experiências de Estágios - 9ª Edição.** Papyrus Editora 212 Isbn 853080581X. **Bibliografia Complementar:** Haddad, L. a Trajetória da Educação Infantil em Quatro Ciclos. In: Xavier, M. E. S. P. (Org.). Questões de Educação Escolar. Campinas: Alínea, 1996. P. 119-136. Cunha, Maria Isabel Da. **o Bom Professor e sua Prática.** 24. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2012. 159 P. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Isbn 9788530800819. Ortiz, Gisele; Carvalho, Maria Teresa Vençeslau De. Interações: Ser Professor de Bebês - Cuidar, Educar e Brincar, Uma Única Ação. São Paulo: Blücher, 2018. Isbn 9788521206750. Fazenda, I. C. A. (Org.). Tá Pronto seu Lobo? Didática/Prática na Pré- Escola. 2. Ed. São Paulo: Ática: Puc, 1991. Mira Stambak; Michèle Barrière; Laura Bonica; Renée Maissonnet; Tullia Musatti; Sylvie Rayna; Mina Verba. **os Bebês entre Eles: Descobrir, Brincar, Inventar Juntos.** Editora Autores Associados Bvu, 2021. 208 P. Isbn 978-65-88717-41-7.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II: Vivência de processos de investigação e problematização das realidades da Educação Infantil, a partir do campo de estágio e dos aportes teórico-metodológicos. Problematização de aspectos atitudinais e pedagógicos que envolvam a docência na Educação Infantil. **Bibliografia Básica:** Kramer, Sonia. com a Pré-escola nas Mãos: Uma Alternativa Curricular para a Educação Infantil. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2010. Oliveira, Zilma de (Org.). **Educação Infantil: Muitos Olhares.** 9. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2014. 206 P. Pimenta, Selma Garrido. o Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática? São Paulo: Cortez, 2002. **Bibliografia Complementar:** Gardner, H. a Criança Pré-escolar: Como Pensa e Como a Escola Pode Ensiná-la. Porto Alegre: Artmed, 1994. Deheinzeln, M. a Fome com a Vontade de Comer: Uma Proposta Curricular de Educação Infantil. Petrópolis: Vozes, 1997. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Mec/Seb, 2010. Craidy, Carmem Maria; Kaercher, Gladis Elise P. da Silva (Org.). Educação Infantil: Pra que Te Quero? Porto Alegre, Rs: Artmed, 2012. 164 P. (Biblioteca Artmed; Educação Infantil). Isbn 9788573077704. Ostetto, Luciana E.; Ostetto, Luciana E. **Educação Infantil: Saberes e Fazeres da Formação de Professores.** [5. Ed.]. Campinas, Sp: Papyrus, 2012-2013 144 P. Isbn



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

978-85-308-0876-1.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III: Concepções teóricas que envolvam conceitos de estágio. Processos de Investigação e problematização de experiências teórico-práticas da docência. Vivência de processos pedagógicos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Bibliografia Básica:** Smolka, Ana Luiza Bustamante. a Criança na Fase Inicial da Escrita: a Alfabetização Como Processo Discursivo. 13. Ed. São Paulo, Sp: Cortez; Campinas, Sp: Ed. da Unicamp, 2014. Freire, Madalena. a Paixão de Conhecer o Mundo: Relatos de Uma Professora. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. Hernández, Fernando; Ventura, Montserrat (Null). **a Organização do Currículo por Projetos de Trabalho:** o Conhecimento É um Caleidoscópio. 5. Porto Alegre: Penso, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788584290949. **Bibliografia Complementar:** Gontijo, Cláudia Maria Mendes; Costa, Dania Monteiro Vieira; Perovano, Nayara Santos. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (Bncc). Pro-posições [Online], V. 31, 2020. Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, Df: Mec: Seb, 2013. 562 P. Isbn 9788577831364. Ana Luiza Bustamante Smolka (Org.); Maria Cecília Rafael de Góes. **a Linguagem e o Outro no Espaço Escolar: Vygotsky e a Construção do Conhecimento.** Papirus Editora, 2020. 190 P. Isbn 978-85-449-0352-0. Et Al. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** 14. São Paulo: Cortez, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788524925702. Ostetto, Luciana Esmeralda; Leite, Maria Isabel. **Arte, Infância e Formação de Professores: Autoria e Transgressão - 7ª Edição.** Papirus Editora 132 Isbn 8530807421.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO IV: Vivência de processos de investigação e problematização das realidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir do campo de estágio e dos aportes teórico-metodológicos. Problematização de aspectos atitudinais e pedagógicos que envolvam a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Bibliografia Básica:** Araújo, Carla B. Z. M. **Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 122P. Isbn 9788576133360. Silva, Rovilson José Da; Oliveira, Sandra Regina de (Org.). Formação Docente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Estágio e Pesquisa. Curitiba: Crv, 2016. Hernández, Fernando; Ventura, Montserrat (Null). **a Organização do Currículo por Projetos de Trabalho:** o Conhecimento É um Caleidoscópio. 5. Porto Alegre: Penso, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788584290949. **Bibliografia Complementar:** Gontijo, Cláudia Maria Mendes; Costa, Dania Monteiro Vieira; Perovano, Nayara Santos. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (Bncc). Pro-posições [Online], V. 31, 2020. Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: Mec, Seb, Dicei, 2013. Filipe, Fabiana Alvarenga; Silva, Dayane dos Santos; Costa, Áurea de Carvalho. Uma Base Comum na Escola: Análise do Projeto Educativo da Base Nacional Comum Curricular. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [Online], V. 29, N. 112, 2021. Simone Côrte Real Barbieri. **o Silenciamento da Voz Docente na Bncc.** Editora Educ, 2021. 248 P. Isbn 9786558070948.

- ESTUDOS DE LIBRAS: Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pessoa surda e suas singularidades linguísticas. Noções básicas de léxico, morfologia e sintaxe. Relações pedagógicas e a prática docente em espaços escolares inclusivos e bilíngues. **Bibliografia Básica:** Quadros, Ronice Müller De. **Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem.** Porto Alegre, Rs: Artmed, 2008. 126 P. Isbn 9788573072655.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Gesser, Audrei. **Libras?:** que Língua É Essa? : Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo, Sp: Parábola, 2019. 87 P. (Estratégias de Ensino; 14). Isbn 9788579340017. Quadros, Ronice Müller De; Karnopp, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira:** Estudos Linguísticos. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2007. Xi, 221 P. (Biblioteca Artmed; Linguística). Isbn 9788536303086. Bibliografia Complementar: Brasil, Decreto 5.626 de 17 de Dezembro de 2005: Regulamenta a Lei de Libras. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2005 Gesser, Audrei. Libras que Língua É Essa?. Parábola Editorial: 2009. Brasil. Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e Dá Outras Providências. Legislação Republicana Brasileira. Brasília: 2002. Capovilla, Fernando César; Raphael, Walkíria Duarte; Mauricio, Aline Cristina (Ed.). **Novo Deit-libras, Volume 1:** Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas: Sinais de a a H. 2. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Edusp, 2012. 1401 P. Isbn 9788531413308.

- FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: Filosofia e os processos de ensinar e aprender. Tendências filosóficas clássicas, modernas e contemporâneas. Contribuição da filosofia para a construção do pensamento educacional e pedagógico. Princípios éticos, democráticos e direitos humanos para a prática pedagógica. Bibliografia Básica: Luckesi, Cipriano. Filosofia da Educação. 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2014. Souza Filho, Danilo Marcondes De. Iniciação à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2013. Souza Filho, Danilo Marcondes De. Textos Básicos de Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Bibliografia Complementar: Ghiraldelli Junior, Paulo. a Aventura da Filosofia: de Parmênides a Nietzsche. Barueri: Manole, 2010. Russel, Bertrand. História da Filosofia Ocidental. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. Perissé, Gabriel. Introdução à Filosofia da Educação. Autêntica Editora, 2008. Bombassaro, Luiz Carlos; Dalbosco, Claudio Almir; Kuiava, Evaldo Antônio. Pensar Sensível. Editora Educ, 2011. Souza Filho, Danilo Marcondes De. Textos Básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Pressupostos teóricos e metodológicos da alfabetização e do letramento. Métodos sintéticos e analíticos. Leitura e a escrita como práticas sociais. Função social da leitura e da escrita. Bibliografia Básica: Soares, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 6. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2015. 123 P. Isbn 9788572442435. Silva, Ezequiel Theodoro Da. **Alfabetização no Brasil:** Questões e Provocações da Atualidade. Campinas, Sp: Autores Associados, 2007. 137 P. (Coleção Educação Contemporânea). Isbn 978-85-7496-190-3. Ribeiro, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil: Reflexões a Partir do Inaf 2001. 2. Ed. São Paulo: Ação Educativa; Global, 2010. Bibliografia Complementar: Moraes, A. G.; Albuquerque, E. B. C.; Leal, T. F. (Org.). Alfabetização: Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 Goulart, Cecília Maria Aldigueri; Gontijo, Claudia Maria Mendes; Ferreira, Norma Sandra de Almeida (Org.). **a Alfabetização Como Processo Discursivo:** 30 Anos de a Criança na Fase Inicial da Escrita. São Paulo, Sp: Cortez, 2017. 222 P. Isbn 9788524925320. Ferreira, Emilia; Teberosky, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 2007.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Trabalho docente, mediação e práticas pedagógicas nos processos de ensino e de aprendizagem. Planejamento e organização do tempo, espaço e rotinas de aprendizagem: conhecimento da realidade, seleção de conteúdos, metodologias, recursos e avaliação da aprendizagem e do processo educativo. Fundamentos da



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Educação Infantil a partir da abordagem das diferentes áreas do conhecimento. Fundamentos políticos, econômicos e sociais para o surgimento e expansão da educação infantil: Creches e pré-escolas. A função da educação infantil. Políticas nacionais de atendimento à infância. A relação entre cuidar e educar como um princípio ético. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Corsino, Patrícia (Org.). Educação Infantil: Cotidiano e Políticas. Campinas, Sp: Autores Associados, 2012. 128 P. (Coleção Educação Contemporânea). Isbn 978-85-7496-226-9. Faria, A. L. G. De; Palhares, M. S. (Org.). Educação Infantil Pós-Idb: Rumos e Desafios. 4. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003. Brasil. Parecer do Conselho Nacional de Educação /Ceb Nº: 20. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Aprovado em 11 de Nov. de 2009. Brasília, Df: Mec, 2009. Bibliografia Complementar: Ferreira Filho, Manoel Gonçalves do Processo Legislativo / Manoel Gonçalves Ferreira Filho. – 7. Ed. Rev. e Atual. – São Paulo : Saraiva, 2012. Kuhlmann, Moysés. Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica. 7. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2015. 191 P. Isbn 9788587063168. Ortiz, Cisele; Carvalho, Maria Teresa Venceslau De. Interações: Ser Professor de Bebês - Cuidar, Educar e Brincar, Uma Única Ação. São Paulo, Sp: Blücher, 2018. 221 P. (Coleção Interações). Isbn 9788521206750. Brasil, Lei Nº. 9.795 de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, N. 79, 28 Abr. 1999. Horn, Maria da Graça Souza. Sabores, Cores, Sons, Aromas: a Organização dos Espaços na Educação Infantil. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2007-2008. 119 P. (Biblioteca Artmed) Isbn 978-85-363-0320-8.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA LÍNGUA PORTUGUESA: Conceito de texto. Tipos e gêneros discursivos. Práticas pedagógicas a partir dos diferentes gêneros discursivos. Conteúdos e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa: a) Produção de textos: revisão e textualidade; b) Normas ortográficas da língua; Referenciais curriculares para o ensino da língua portuguesa: BNCC. Práticas pedagógicas e o ensino da língua portuguesa nos livros didáticos. Avaliação da aprendizagem. Bibliografia Básica: Brasil. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2017. [Acessado Em: 11 de Fevereiro de 2022] Disponível Em: [Http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Bncc_Ei_Ef_110518_Versaofinal_Site.pdf](http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Bncc_Ei_Ef_110518_Versaofinal_Site.pdf) Curto, Luis Maruny; Morillo, Maribel Ministral; Teixeira, Manuel Miralles. Escrever e Ler: Materiais e Recursos para a Sala de Aula. Volume II, Porto Alegre: Editora Penso, 2003. Koch, Ingedore Grunfeld Villaça; Elias, Vanda Maria. Ler e Compreender: os Sentidos do Texto. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2017. Bibliografia Complementar: Batista, Antônio Augusto Gomes; Rojo, Roxane (Orgs.). Livro Didático da Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2009. Marcuschii, Luiz Antônio. Produção Textual: Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola, 2012. Brasil. Ministério da Educação. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. Coletânea de Textos. Módulo 3, Brasília: Mec, Sef, 2001.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Fundamentos epistemológicos das ciências naturais. Noções de ciências e suas interações com as demais áreas de conhecimento. Concepção de ciência ambiente, educação e sociedade. Conteúdos, objetivos e procedimentos metodológicos e recursos pedagógicos de ciências na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Contribuições da Educação Ambiental para a segurança e saúde ambiental e humana. Formação docente em educação ambiental. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Bibliografia Básica: Dias,



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Nelson (Org.). Ensino de Ciências e Educação - Reflexões sobre Práticas de Ensino. 1ªed. Curitiba, Appris Editora, 2021. Zanon, Angela Maria; Wiziack, Suzete Rosana de Castro (Org.). **Fundamentos e Metodologia para o Ensino de Ciências e Natureza:** Disciplina. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2010. 75 P. Isbn 9788576132660. Rosa, Paulo Ricardo da Silva. **Instrumentação para o Ensino de Ciências.** Campo Grande, Ms: Ed Ufms, 2010. 284 P. Isbn 9788576132752. Bibliografia Complementar: Oliveira, Renato José,. a Escola e o Ensino de Ciências. Editora Unisinos, 2000 Moraes, R. Ciências para as Séries Iniciais e Alfabetização. Porto Alegre. Editora Sagra, 1998 . Beata, Anna Maria Bianchini Et Ali. Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. Penteado, H. D. Meio Ambiente e Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 2000.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA: Estudo dos objetivos e do conteúdo programático de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil, bem como análise da interrelação entre seus conteúdos específicos e as demais áreas curriculares. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais didáticos específicos na área. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Bibliografia Básica: Almeida, Rosângela (Org.). Cartografia Escolar. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. Castellar, Sônia; Vilhena, Jerusa. **Ensino de Geografia.** São Paulo, Sp: Cengage Learning, 2010. 161 P. (Ideias em Ação). Isbn 978-85-221-0670-7. Moreira, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: Ensaio de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço Geográfico.** Editora Contexto, 2007. 196 P. Isbn 9788572443661. Bibliografia Complementar: Ribeiro, A. G. as Novas Concepções de Geografia e o seu Ensino no 1º e 2º Graus. Boletim de Geografia. Uem, Ano 4, N. 1. Jan. 1986. Antunes, Celso. (Org.). Geografia e Didática. Petrópolis: Vozes, 2010. Pontuschka, Nidia Nacib.; Oliveira, Ariovaldo Umbelino. Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. Martin, Andrey Minin; Martin, Andrey Minin. **Práticas de Ensino e de Pesquisa em História e Geografia.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2008. 278 P. Isbn 978-85-7613-159-5.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA: O que é História. Pressupostos teórico-metodológicos, orientações, objetivos e conteúdos programáticos para o ensino de História na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. História e interdisciplinaridade. Recursos didáticos e possibilidades para o ensino de História. Aspectos que apontem para a inserção de processos da Educação Ambiental e dos Direitos Humanos enquanto princípios fundamentais à organização do ensino. Atividades práticas de ensino supervisionadas. Bibliografia Básica: Pinsky, Jaime (Org.). **o Ensino de História e a Criação do Fato.** 14. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Contexto, 2014. 142 P. Isbn 9788572444194. Bauer, Caroline Silveira. **Conteúdo e Metodologia do Ensino de História.** Porto Alegre Sagrah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595027602. Bazilio, Luiz Cavalieri. **Infância, Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Cortez 2011 1 Recurso Online Isbn 9788524924378. Bibliografia Complementar: Fonseca, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. Campinas: Papyrus, 1993. Bittencourt, Circe Maria Fernandes (Org.). o Saber Histórico na Sala de Aula. 12. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2015. 175 P. (Repensando o Ensino). Paula, Milton Rego De. Percepção Ambiental Uma Questão de Educação. Goiânia, Go: Kelps, 2009. Nikitiuk, Sônia L. (Org.). Repensando o Ensino de História. São Paulo: Cortez, 1996. Tania Regina de Luca. **Práticas de Pesquisa em História.** Editora Contexto 144 Isbn 9786555410174.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA I: Pressupostos teóricos da matemática na Educação Infantil. Organização e metodologias dos conhecimentos matemáticos na Educação Infantil, tendo como eixo norteador a unidade entre teoria e prática. Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Smole, K. C. S. a Matemática na Educação Infantil: a Teoria das Inteligências Múltiplas na Prática Escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003. Dante, L. R. Didática da Matemática na Pré-escola. São Paulo: Ática, 1991. Lorenzato, Sérgio. **Educação Infantil e Percepção Matemática**. 3. Ed. Rev. São Paulo, Sp: Autores Associados, 2011. 201 P. (Coleção Formação de Professores). Isbn 9788574961538. Kamii, C.; Devries, R. Jogos em Grupo na Educação Infantil: Implicações da Teoria de Piaget. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira; Prefácio Jean Piaget, São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. Brasil. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:** Introdução, Volume 1. Brasília, Df: Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 103 P. **Bibliografia Complementar:** Kamii, Constance. a Criança e o Número: Implicações Educacionais da Teoria de Piaget para Atuação Junto a Escolares de 4 a 6 Anos. 19. Ed. Campinas: Papyrus, 1995. Nacarato, Adair Mendes; Custódio, Iris Aparecida. (Org.). Narrativas de Aulas de Matemática de Uma Comunidade de Investigação Como Prática de Formação Docente. 14. Ed. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2019. Azevedo, Priscila Domingues; Ciríaco, Klinger Teodoro. Outros Olhares para a Matemática: Experiências na Educação Infantil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

- FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA II: Pressupostos teóricos presentes na organização dos conteúdos de Matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental no desenvolvimento dos conceitos matemáticos. Metodologias relativas aos conteúdos, tendo como eixo norteador a unidade entre teoria e prática a partir da abordagem das áreas do conhecimento matemática: Números, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística e Pensamento algébrico (Álgebra). Atividades práticas de ensino supervisionadas. **Bibliografia Básica:** Brasil. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2017. [Acessado Em: 11 de Fevereiro de 2022] Disponível Em: [Http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Bncc_Ei_Ef_110518_Versaofinal_Site.pdf](http://Basenacionalcomum.mec.gov.br/Images/Bncc_Ei_Ef_110518_Versaofinal_Site.pdf) Parr a, Cecília; Saiz, Irma (Org.). **Didática da Matemática:** Reflexões Psicopedagógicas. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2009. 264 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 9788573071627. Nunes, Terezinha; Carraher, David; Schliemann, Analúcia. na Vida Dez, na Escola Zero. São Paulo: Cortez, 1994. Ole Skovsmose; Helle Alro. **Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática**. Autêntica Editora, 2021. 160 P. Isbn 9788551307472. Nacarato, Adair Mendes; Mengali, Brenda Leme da Silva; Passos, Cármen Lúcia Brancaglioni. **a Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Tecendo Fios do Ensinar e do Aprender**. Editora Autêntica - 2007 162 Isbn 9788551301333. **Bibliografia Complementar:** Machado, N. J. Matemática e Realidade: Análise dos Pressupostos Filosóficos que Fundamentam o Ensino de Matemática. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. Nacarato, Adair Mendes; Custódio, Iris Aparecida. (Orgs.) o Desenvolvimento do Pensamento Algébrico na Educação Básica: Compartilhando Propostas de Sala de Aula com o Professor que Ensina (Ensinará) Matemática -- Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2018. Ciríaco, Klinger Teodoro; Oliveira, Carloney Alves de (Orgs.) Tendências em Educação Matemática na Infância. Brasília : Sbem Nacional, 2022.

- GESTÃO, AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E PLANEJAMENTO: Estudo dos princípios da relação gestão educacional e escolar e as determinações para o



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

sistema de ensino brasileiro. As políticas de gestão, planejamento e avaliação educacional para o desenvolvimento e melhoria da educação escolar. A produção de dados de pesquisa e dos índices educacionais da escola pública e as implicações decorrentes. **Bibliografia Básica:** Luckesi, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar:** Estudos e Proposições. 22. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2018. 272 P. Isbn 9788524917448. Freitas, Dirce Nei Teixeira De. **a Avaliação da Educação Básica no Brasil:** Dimensão Normativa, Pedagógica e Educativa. Campinas, Sp: Autores Associados, 2007. Xxi, 224 P. (Coleção Educação Contemporânea). Isbn 9788574961910. Oliveira, Dalila Andrade; Oliveira, Dalila Andrade. **Políticas e Gestão da Educação.** 3. Ed. Belo Horizonte, Mg: Autêntica, 2010. 178 P. Isbn 978-85-7526-067-8. **Bibliografia Complementar:** Libâneo, José Carlos; Oliveira, João Ferreira De; Toschi, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** Políticas, Estrutura e Organização. 10. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2011. 407 P. (Coleção Docência em Formação: Saberes Pedagógicos). Isbn 9788524918605. Ferreira, N. C. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios.** São Paulo: Cortez, 2001. Padilha, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico:** Como Construir o Projeto Político-pedagógico da Escola. 8. Ed. São Paulo, Sp: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006 157 P. (Guia da Escola Cidadã ; N. 7). Isbn 9788524907876. Dourado, L. F. (Org.). **Políticas e Gestão da Educação no Brasil: Novos Marcos Regulatórios.** São Paulo: Xamã, 2009.

- **GESTÃO ESCOLAR:** Teoria de Administração e Gestão Escolar. Gestão Educacional e democrática: conceitos, princípios, perspectivas contemporâneas. Gestão Pedagógica, Administrativa e Financeira. Elementos constitutivos da organização e gestão: currículo, projeto político pedagógico, planejamento e instâncias de participação. Interpretação e utilização, na prática de gestão, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações oficiais do desempenho escolar. **Bibliografia Básica:** Colares, Anselmo Alencar; Colares, Maria Lília Imbiriba Sousa. **do Autoritarismo Repressivo à Construção da Democracia Participativa:** História e Gestão Educacional. Campinas, Sp: Autores Associados; São Paulo, Sp: Anpae : Inep, 2003. 148 P. Isbn 85-7496-062-4. Brasil. Ministério da Educação. **Gestão Democrática da Educação.** Boletim 19, Outubro 2005. Salto para o Futuro. Tv Escola. Maximiano, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração:** da Revolução Urbana à Revolução Digital. 8. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2018. 434 P. Isbn 9788597010718. **Bibliografia Complementar:** Paro, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** 3. Ed. São Paulo: Ática, 2012. Paro, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo: Ática, 2013. Luck, Heloísa. **a Gestão Participativa na Escola.** 8. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010. 125 P. (Série Cadernos de Gestão ; 3) Isbn 978-85-326-3295-1 Gemerasca, Maristela P.; Gandin, Danilo. **Planejamento Participativo na Escola:** o que e É Como Se Faz. 6. Ed. São Paulo, Sp: Loyola, 2011. 55 P. (Coleção Fazer e Transformar ; 3). Isbn 978-85-15-02466-7.

- **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I:** Desenvolvimento histórico do pensamento educacional e dos conhecimentos historicamente construídos desde a Antiguidade às sociedades contemporâneas. Construção histórica da Pedagogia como uma ciência da educação. **Bibliografia Básica:** Giles, Thomas Ransom. **História da Educação.** São Paulo: E.p.u., 1987-2006 Cambi, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Editora da Unesp, 1999. Gadotti, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** 8. Ed. São Paulo: Ática, 2011. **Bibliografia Complementar:** Manacorda, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias.** 13. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010-2012 Souza, Neusa Maria Marques de (Org.). **História da Educação.** São Paulo: Avercamp, 2006. Aranha, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e**



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

da Pedagogia: Geral e Brasil. 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Moderna, 2014. Luzuriaga, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. 9. Ed. São Paulo: Nacional, 1977.

- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II: Estudo da história do pensamento pedagógico e educacional no Brasil a partir da articulação com a realidade sócio-histórica. Trajetórias da educação brasileira: raízes históricas, filosóficas, culturais e ideológicas. A instituição escolar no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Pesquisas em história da educação no Brasil. Bibliografia Básica: Ghiraldelli Júnior, Paulo. Filosofia e História da Educação Brasileira: da Colônia ao Governo Lula. 2. Ed. Barueri: Manole, 2012. Ribeiro, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira: a Organização Escolar. 21. Ed. Campinas: Autores Associados, 2011. Aranha, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil. 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Moderna, 2014. Bibliografia Complementar: Veiga, Cynthia Greive.; Lopes, Eliane Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes de (Comp.) 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Ferreira Júnior. Amarílio. História da Educação Brasileira: da Colônia ao Século Xx. São Carlos: Edusfcar, 2010. Hilsdorf, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira: Leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2002. Saviani, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 4 Ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

- INFÂNCIA E SOCIEDADE: Aspectos históricos, sociais, socioeconômicos e culturais e sua relação na construção dos conceitos de criança e infância. Conceitos de infância e criança a partir de suas dimensões étnicas, raciais, geracionais e de gênero. Diferentes modos de viver a infância. Práticas educativas institucionais decorrentes das concepções de criança e infância. Criança e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Rizzini, Irene; Pilotti, Francisco J. (Org.). a Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2015. Del Priore, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2013. 444 P. Isbn 9788572441124. Ariès, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 3. Rio de Janeiro: Ltc, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788521637905. Bibliografia Complementar: Arruda, Fabiana Moura; Müller, Verônica Regina. a Ressignificação e a Participação Infantil: um Estudo com Crianças da Vila Emília na Cidade de Maringá-pr, Brasil. Uni-pluriversidad, 2010. Sarmento, Manuel Jacinto. as Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade. Crianças e Miúdos: Perspectivas Sócio-pedagógicas da Infância e Educação. Porto: Asa, P. 9-34, 2004. Disponível Em:≪ [Http://Peadrecuperacao.pbworks.com/W/File/Fetch/104617678/Texto%20Aula%2011%20-%20sarmiento.pdf](http://Peadrecuperacao.pbworks.com/W/File/Fetch/104617678/Texto%20Aula%2011%20-%20sarmiento.pdf); > Acesso em 09 Jun. 2022. Moreira, Jacqueline de Oliveira; Salum, Maria José Gontijo; Oliveira, Rodrigo Tôrres (Org.). Estatuto da Criança e do Adolescente: Refletindo sobre Sujeitos, Direitos e Responsabilidades. Brasília: Cfp, 2016. Ariès, Philippe. La Infancia. Revista de Educación, P. 5-17, 1979. Brasil. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

- LINGUAGEM E EDUCAÇÃO: Relações entre linguagem e educação. Diferentes concepções de língua e linguagem. Bibliografia Básica: Edwards, Carolyn P.; Gandini, Lella; Forman, George E. **as Cem Linguagens da Criança**: a Abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2008. 319 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 9788573075069. Vigotsky, L. S.; Luria, A. R.; Leont'ev, Aleksei Nikolaevich. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11. Ed. São Paulo, Sp: Ícone, 2010. 228 P. (Coleção Educação Crítica). Isbn 9788527400466. Bakhtin, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo:



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Hucitec, 1998. Bibliografia Complementar: Teberosky, A. Aprendendo a Escrever: Perspectivas Psicológicas e Implicações Educacionais. São Paulo: Ática, 1992. Zamberlan, M. A. T. Educação Infantil: Subsídios Teóricos e Práticas Investigativas. Londrina: Cdi, 2005. Faria, Ana Lúcia G; Mello, Suely A. Linguagens Infantis: Outras Formas de Leitura. Campinas: Autores Associados, 2005.

- LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS: Características das línguas de sinais e do sujeito surdo. Conhecimentos teóricos, metodológicos e estratégias pedagógicas para o ensino de português escrito como segunda língua para o surdo. Forma diferenciada de escrita das pessoas surdas. Bibliografia Básica: Lodi, A.c.b. Educação Bilíngüe para Surdos. In: Lacerda, C.b.f.; Nakamura, H.; Lima, M.c. (Org.). Surdez e Abordagem Bilíngüe. 1. Ed. São Paulo: Plexus, 2000. P. 64- 83. Lacerda, Cristina Broglia Feitosa De; Santos, Lara Ferreira dos (Org.). Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. São Carlos: Editora da Ufscar, 2013. Lodi, Ana Claudia Balieiro; Lacerda, Cristina B. F. de (Org.). Uma Escola, Duas Línguas: Letramento em Língua Portuguesa e Língua de Sinais nas Etapas Iniciais de Escolarização. 4. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2014. Bibliografia Complementar: Skliar, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos**: Volume 2 : Interfaces entre Pedagogia e Linguística. 5. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2015. 207 P. Isbn 9788587063274. Quadros, R. M; Schmiedt, M. L. P. Ideias para Ensinar Português para Alunos Surdos. Brasília: Mec, Seesp, 2006. Lodi, A. C. B.; Dorziat, A.; Fernandes, e (Org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. Fernandes, Eulalia (Org.). Surdez e Bilinguismo. 7. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2015.

- LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO: História e conceito de literatura infantil. Funções da literatura infantil. Literatura infantil e escola. Práticas de leitura e a literatura infantil. Práticas pedagógicas com a literatura na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Zilberman, Regina. a Literatura Infantil na Escola. 11. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Global, 2017. Oliveira, Ana Arlinda De. Leitura, Literatura Infantil e Doutrinação da Criança. Cuiabá, Mt: Ed. Ufms, 2005. Souza, Ana Aparecida Arguelho De. Literatura Infantil na Escola: a Leitura em Sala de Aula. Campinas, Sp: Autores Associados, 2015. Bibliografia Complementar: Brasil, Lei Nº. 9.795 de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, N. 79, 28 Abr. 1999. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. do Processo Legislativo. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 232 P. Isbn 978-85-02-17684-3. Aupt, Carine Et Al. Língua(Gem), Textualidade e Literatura Infantil: Concepções e Práticas. Palmas, To: Eduft, 2015. Oliveira, Ana Arlinda De; Spindola, Arilma Maria de Oliveira. Linguagens na Educação Infantil Iii: Literatura Infantil. Cuiabá, Edufms, 2008. Paiva, Aparecida. **Literatura Infantil** Políticas e Concepções. São Paulo Autêntica 2008 1 Recurso Online Isbn 9788582179284.

- LUDICIDADE E EDUCAÇÃO: Conceitos de ludicidade. A ludicidade na formação humana e na educação escolar. Dimensão histórico-social do jogo, do brinquedo e da brincadeira e suas contribuições para o desenvolvimento humano. O brincar em diferentes perspectivas teóricas e em contextos educativos e sócio-culturais diversos. Bibliografia Básica: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e Brincadeiras de Creches: Manual de Orientação Pedagógica. Brasília: Mec, Seb, 2012. Kishimoto, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, Brinquedo,



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Brincadeira e a Educação. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. Moyles, Janet R. Só Brincar? o Papel do Brincar na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007. Bibliografia Complementar: Maluf, Ângela Cristina Munhoz. Brincar: Prazer e Aprendizado. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Santos, Santa Marli Pires dos (Org.). Brinquedoteca: Lúdico em Diferentes Contextos. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Kishimoto, Tizuko Morchida. o Jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

- PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I: Conhecimento científico. Pesquisa em educação: enfoque epistemológico e campo do conhecimento. Formação docente e prática investigativa. O professor como pesquisador. Pesquisa e produção do conhecimento na educação básica. Definição e justificativa de temas de pesquisa. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Gatti, B. A. a Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. São Paulo: Plano, 2002 Gil, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Andre, Marli Eliza Dalmazio Afonso De; Ludke, Menga. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Epu: 1985. Bibliografia Complementar: Lüdke, Menga; Cruz, Gisele Barreto Da. Aproximando Universidade e Escola de Educação Básica pela Pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, N. 125, P. 81-109, 2005. Brasil, Lei Nº. 9.795 de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, N. 79, 28 Abr. 1999. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. do Processo Legislativo. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 232 P. Isbn 978-85-02-17684-3. Alves, Francione Charapa.; Fialho, Lia Machado Fiuza; Lima, Maria Socorro Lucena. Formação em Pesquisa para Professores da Educação Básica. Revista Tempos e Espaços em Educação, V. 11, N. 27, P. 285-300, 21 Set. 2018. Trindade, Vitor; Fazenda, Ivani; Linhares, Célia (Org). os Lugares dos Sujeitos na Pesquisa Educacional. Campo Grande: Editora da Ufms, 1999.

- PESQUISA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II: A pesquisa em educação: a relação entre o referencial teórico e a aplicação metodológica. Elementos de um projeto de pesquisa: título, introdução, problema, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências. Delimitação de problemas e elaboração de projetos de pesquisa. Instrumentos para coleta de dados. A ética na pesquisa. Organização e análise de dados. Relatórios de pesquisa. Bibliografia Básica: Alves-mazzotti, Alda Judith; Gewandsznajder, Fernando. o Método nas Ciências Naturais e Sociais – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1998. Barros, Aidil Jesus Paes De.; Lehfeld, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990. Gil, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. São Paulo: Atlas, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788597020991. Bibliografia Complementar: Lankshear, Colin; Knobel, Maurício. a Pesquisa Como Investigação Sistemática. In: Pesquisa Pedagógica: do Projeto à Implementação. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008, P.31-43. Gentil, H. S. Convite à Pesquisa em Filosofia e Ciências Humanas: Orientações Básicas para a Formulação de um Projeto. Integração. Abril/Maio/Jun, 2005. Lankshear, Colin; Knobel, Maurício. Formulando Nossos Propósitos de Pesquisa: Problemas, Questões, Intenções e Objetivos. In: Pesquisa Pedagógica: do Projeto à Implementação. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008. Gatti, B. A. Pesquisar em Educação: Considerações sobre Alguns Pontos Chave. Revista Diálogo Educacional, Vol. 6, Núm. 19, Septiembre-diciembre, 2006, Pp. 25-35. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba. Alves-mazzotti, A. J. Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação. Cadernos de Pesquisa. N.



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

113, P. 39-50, Julho/2001. Gatti, B.

- **POLÍTICAS EDUCACIONAIS: Gênese e Concepção de Estado, Política e Sistema Educacional.** Sistema de ensino brasileiro e políticas educacionais. Organização e funcionamento da educação brasileira. Bibliografia Básica: Brasil. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Congresso Nacional. Brasília, 1988. Brasil. Lei Nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Souza, Ângelo Ricardo; Gouveia, Andréa Barbosa; Tavares, Taís Moura (Org.). Políticas Educacionais: Conceitos e Debates. 2. Ed. Curitiba: Appris, 2013. Bibliografia Complementar: Lima, Paulo Gomes; Aranda, Maria Alice de Miranda; Lima, Antônio Bosco De. Políticas Educacionais, Participação e Gestão Democrática da Escola na Contemporaneidade Brasileira. Rev. Ensaio. Belo Horizonte, V. 14, N. 01, P.51-64, Jan-abr, 2012. Ball, Stephen John.; Mainardes, Jefferson. Políticas Educacionais: Questões e Dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. Machado, Evelcy Monteiro; Mueller, Helena Isabel (Org.). Políticas Públicas Educacionais: Múltiplos Olhares. Ijuí: Unijuí, 2006.

- **PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES:** Aprofundamento na compreensão da temática da Educação em Contextos Não Escolares. Desenvolvimento de ações educativas em contextos não escolares com diferentes públicos, como idosos, crianças em situação de violação de direitos, no contexto da pedagogia hospitalar, em instituições de privação de liberdade, abrigos, entre outras. Investigação, análise e planejamento de ações para o público dos contextos educativos não escolares. Educação Ambiental e Princípios de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Paulo, Fernanda dos Santos. Concepções de Educação: Espaços, Práticas, Metodologias e Trabalhadores da Educação Não Escolar. Curitiba: Intersaberes, 2020. Liblik, Ana Maria Petraitis, Petraitis, Rosa Artini, Regina, Laima Irene Liblik. Contextos Educacionais por Uma Educação Integral e Integradora de Saberes. Intersaberes: Bes, Pablo; Toledo, Maria Elena Roman de Oliveira (Null). **Gestão de Processos Educacionais Não Escolares.** Porto Alegre: Sagah, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786581492656. Bibliografia Complementar: Brasil, Lei Nº. 9.795 de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, N. 79, 28 Abr. 1999. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. do Processo Legislativo. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 232 P. Isbn 978-85-02-17684-3. Bauli, Regis Alan, Muller, Veronica Regina. Normatização da Profissão Do(A) Educador(A) Social: Mitos e Metas. Ensino & Pesquisa, V. 15, Nº 2, (2017), Suplemento Giselly Santos Mendes; Martiele Cortes Borges; Joana Áurea Cordeiro Barbosa. **Princípios e Práticas da Pedagogia Empresarial.** Editora Intersaberes, 2022. 201 P. Isbn 9786555174090. Ale, Maria Beatriz Sandoval Filártiga. **Ação Psicopedagógica Hospitalar: Pesquisas, Vivências e Práticas.** Editora Intersaberes, 2020. 352 P. Isbn 9788522702879.

- **PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL:** Aprofundamento na compreensão da Educação Infantil. Processos pedagógicos de interações e brincadeiras como fator determinante para o desenvolvimento da criança na perspectiva do educar e o cuidar.. Desenvolvimento de processos formativos na concepção: investigação, análise, problematização e planejamento de atividades. Estruturação e coordenação de trabalhos individuais e coletivos com fins educacionais. Bibliografia Básica: Rocha, Eloisa Acires Candal; Kramer, Sonia (Org.). Educação Infantil: Enfoques em Diálogo. 3. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2014. 432 P. (Prática Pedagógica). Isbn 978-85-308-0925-6. Sonia Kramer (Org.); Alexandra Pena (Org.); Maria Leonor P. B. Toledo (Org.); Sílvia Néli Falcão Barbosa (Org.). Ética: Pesquisa e Práticas com



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Crianças na Educação Infantil. Papyrus Editora, 2020. 258. Isbn 9786556500263. Barbosa, M. C. S.; Horn, M. G. S. (Org.). Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2011. 1 Recurso Online. Bibliografia Complementar: Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: Mec/Sef, 2017. Kramer, S. com a Pré-escola nas Mãos: Uma Alternativa Curricular para a Educação Infantil. 14. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2010. 112 P. (Série Educação em Ação). Ostetto, Luciana Esmeralda (Org.). Educação Infantil: Saberes e Fazeres da Formação de Professores - 5ª Edição. Papyrus Editora, 0. 148 P. (Bv Pearson).

- PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E EDUCOMUNICAÇÃO: Educação midiática e informacional. Educomunicação. Criança, consumo, mídias e tecnologias digitais. Segurança na Internet. Saúde de crianças e adolescentes na era digital. Alfabetização Midiática e Informacional de professores. Cidadania Digital e Protagonismo das crianças na Internet. Bibliografia Básica: Soares, Ismar de Oliveira. Viana, Claudemir; Xavier, Jurema Brasil. (Org.). Educomunicação e Alfabetização Midiática: Conceitos, Práticas e Interlocuções. São Paulo, Sp: Abpeducon, 2016. Ferrari, Ana Claudia; Ochs, Mariana. Daniela Machado. Guia da Educação Midiática. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível Em: <https://bit.ly/2V001Zn>. Acesso Em: 8 Fev. 2022. Ferreira, Bruno de Oliveira; Haslinger, Evelin; Xavier, Jurema Brasil. (Org.). Práticas Educomunicativas. Abpeducom: São Paulo, 2019. Bibliografia Complementar: Wilson, Carolyn; Grizzle, Alton; Tuazon, Ramon; Akyempong, Kwame; Cheung, Chi-kim. Alfabetização Midiática e Informacional: Currículo para Formação de Professores. Brasília: Unesco, Uftm, 2013. Orozco Gómez, Guillermo. Educomunicação: Recepção Midiática, Aprendizagens e Cidadania. São Paulo, Sp: Paulinas, 2014. 168 P. (Coleção Educomunicação). Isbn 9788535637588. (Edições Unesco Brasil) Isbn 85-87853-46-5 Bucht, Catharina; Feilitzen, Cecília Von. Perspectivas sobre a Criança e a Mídia. Brasília: Unesco, 2002. 316 P. : Il.

- PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Aspectos históricos da Psicologia e interfaces com a educação. Matrizes epistemológicas da psicologia aplicada à educação. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Contributos da psicologia na compreensão e solução de problemas cotidianos da escola. Bibliografia Básica: Davidoff, Linda L. Introdução à Psicologia. 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2014. Carrara, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: Seis Abordagens. São Paulo: Avercamp, 2010. Bock, Ana Maria Bahia; Furtado, Odair; Trassi, Maria de Lourdes. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Bibliografia Complementar: D'andrea, Flávio Fortes. Desenvolvimento da Personalidade: Enfoque Psicodinâmico. 17. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Papalia, Diane E.; Feldman, Ruth Duskin; Martorell, Gabriela. Desenvolvimento Humano. 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Coll, César; Marchesi, Álvaro; Palácios, Jesus (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação, Volumes 1 e 2. Porto Alegre: Artmed, 2007. Davis, Cláudia; Oliveira, Zilma De. Psicologia na Educação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: Os processos de desenvolvimento humano e de aprendizagem de acordo com diversas abordagens teóricas e contribuições para a educação escolar. A fase da adolescência e seus aspectos socioculturais. Noções sobre o ciclo vital: da infância à vida adulta e velhice. Bibliografia Básica: Aberastury de Pichón Rivière, Arminda; Knobel, Maurício. Adolescência Normal: um Enfoque Psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 2008. Carrara, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: Seis Abordagens. São



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Paulo: Avercamp, 2010. Bock, Ana Mercês Bahia; Furtado, Odair; Trassi, Maria de Lourdes. **Psicologias:** Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 14. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2009. 368 P. Isbn 9788502078512. Bibliografia Complementar: Coll, César; Marchesi, Álvaro; Palácios, Jesus (Org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação, Volumes 1 e 2. Porto Alegre: Artmed, 2007. Goncalves, J.p La Taille, Yves De; Oliveira, Marta Kohl De; Dantas, Heloysa de Lima. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** Teorias Psicogenéticas em Discussão. 24. Ed. São Paulo, Sp: Summus, C1992. 117 P. Isbn 978-85-323-0412-4. Davis, Cláudia; Oliveira, Zilma De. Psicologia na Educação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. Papalia, Diane E. **Desenvolvimento Humano.** 12. Porto Alegre Artmed 2013 1 Recurso Online Isbn 9788580552171.

- RECREAÇÃO E JOGOS: O jogo, o brinquedo e a educação. Importância do jogo, do brincar, do brinquedo na concretização do processo de abstração e na construção do imaginário da criança. Bibliografia Básica: Maluf, Angela Cristina Munhoz. **Brincar:** Prazer e Aprendizado. 8. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. 111 P. Isbn 9788532627964. Awad, H. Z. A. Brinque, Jogue, Cante e Encante com a Recreação: Conteúdos de Aplicação Pedagógica Teórico/Prático. Jundiá: Fontoura, 2004. Almeida, Marcos Teodorico Pinheiro De. **Jogos Divertidos e Brinquedos Criativos.** 2. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2004. 79 P. Isbn 85-326-3016-x. Bibliografia Complementar: Santos, V. L. B. Brincadeiras e Conhecimento: do Faz-de-conta à Representação Teatral. Porto Alegre: Meditação, 2002. Pillar, A. D. Desenho e Construção de Conhecimento na Criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: Mec/Sef, 1998.

- SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Condições histórico-sociais da Sociologia como ciência e no marco das Ciências Sociais. Principais vertentes do pensamento sociológico clássico e contemporâneo. Conceitos sociológicos básicos para a compreensão da sociedade e da educação. A educação como processo social. Análise sociológica da escola, da educação e da sociedade. Bibliografia Básica: Durkheim, Émile. Educação e Sociologia. 2. São Paulo: Grupo Almedina, 2018. Piletti, Nelson. Sociologia da Educação: da Sala de Aula aos Conceitos Gerais. Editora Contexto, 2022. Tura, Maria de Lourdes Rangel. (Org.). Sociologia para Educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2004. Bibliografia Complementar: Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-claude. a Reprodução: Elementos para Uma Teoria do Sistema de Ensino. 6. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 2013. Durkheim, Émile. as Regras do Método Sociológico. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Weber, Max. Economia e Sociedade, Volume 1: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 4. Ed. Brasília: Ed. Unb, 2015. Costa, Cristina. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. 4. Ed. São Paulo: Moderna, 2016.

- SUJEITO, SUBJETIVIDADE E PSICOLOGIA: A noção de sujeito na ciência psicológica. Desenvolvimento da subjetividade e relação pedagógica. Subjetividade e complexidade. Bibliografia Básica: Morin, E. a Noção de Sujeito. In: Schnitman, D. F. (Org.). Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. P. 45-56. Galvão, I. Cenas do Cotidiano Escolar: Conflito Sim, Violência Não. Petrópolis: Vozes, 2004. Oliveira, M. K.; Rego, T. C. & Souza, D. T. R. Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. Bibliografia Complementar: Vygotsky, L. S. a Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Salvador, C. C. Et Al. a Influência Educativa dos Meios de Comunicação: o Caso da Televisão. In: _____. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas. Sul, 1999. Vygotsky, L. S. Linguagem,



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone; Editora da Usp, 1988.

- **TRABALHO ACADÊMICO:** Trabalho acadêmico: tipos, características e diretrizes para elaboração. Estratégias de acesso às fontes de produção acadêmica nas diferentes bases de dados físicas e/ou digitais. Diferentes formas de trabalhos científicos. Normas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a elaboração de trabalhos acadêmico-científicos. Bibliografia Básica: Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001. Santos, Antônio Raimundo Dos. Metodologia Científica. a Construção do Conhecimento. 5. Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Dp&A, 2002. Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 20. Ed. São Paulo: Cortez, 1996. Bibliografia Complementar: Gil, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. São Paulo: Atlas, 2022 Carvalho, Maria Cecília Maringoni De. (Org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas. Campinas: Papyrus, 1994. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 10520/2002. Informação e Documentação: Citações em Documentos – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 14274/2021: Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Isbn 978-65-5659-935-9. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nbr 6023/2020. Informação e Documentação: Referências - Elaboração. Isbn 978-85-0707-757-2.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Colegiado de Curso realizou estudo de impacto do novo Currículo, analisando grupos de situações possíveis, e determina que o novo Currículo do Curso será implantada a partir do 1º semestre do ano letivo de 2023, para todos os acadêmicos do Curso, exceto aqueles que tiverem condições de concluir o Curso na estrutura antiga, nos dois semestres posteriores a sua implantação, conforme Resoluções nº 105/2016 COEG e nº 16/2018 COGRAD. O Colegiado de Curso fará a análise dos alunos que atendam a essas condições, previamente à matrícula de 2023/1. Os alunos que se mantiverem na estrutura antiga e que não concluírem o Curso no prazo de dois semestres, serão compulsoriamente migrados para a nova estrutura curricular.

Ressalta-se ainda que o Colegiado de Curso fará, previamente à matrícula 2023/1, plano de estudo individualizado com previsão de atividades a serem cumpridas por parte de cada estudante, podendo, para este fim, utilizar disciplinas optativas ou Atividades Orientadas de Ensino, em caso de **déficit** de carga horária.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico,



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade.

Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior.

A Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Seaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Seaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Seaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Seaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Seaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no curso.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição.

Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução nº 1/2012-CNE/CP).

Cabe-se também esclarecer que a Seaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à equipe de Arquitetura. A equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura (Dinfra/Proadi) é responsável pela adequação dos prédios da UFMS. Para apoio institucional contamos com a Comissão Permanente de Acessibilidade, que analisa e encaminha as ações destinadas para esse público. Essa Comissão conta com representantes das pró-reitorias e é presidida por um representante da Seaaf/DIIEST/Proaes.

No âmbito do Câmpus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico contempla em seus diferentes níveis (matriz, ementa, metodologias e estratégias de ensino) o atendimento às temáticas: relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental. Como característica essencial dos projetos, o PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia do CNPV incorpora de forma ampla e específica, as temáticas, e tal perspectiva, se dá a partir do atendimento às legislações nacionais a respeito dos temas.

Serão oferecidas ainda, a partir do novo PPC (2023-1), as disciplinas obrigatórias: “Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências e educação ambiental”; “Educação e relações étnico-raciais” e as disciplinas Optativas: “Direitos Humanos e Educação Ambiental”; “Educação Ecológica-ambiental” e “Cidadania e Educação”, que abordam de maneira mais específica, situações inerentes às relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental, atendendo assim, aos requisitos legais e normativos.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa. Para cada avaliação realizada, o professor deverá, em até dez dias úteis:

- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias úteis após a sua realização/conclusão; e
- Disponibilizar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o dia de registro das notas, apresentando a solução padrão e respectivos critérios de correção.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá associar ao estudante uma Média de Aproveitamento, com valores numéricos com uma casa decimal, variando de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência nas aulas e/ou participação nas aulas e/ou atividades pedagógicas assíncronas, bem como Média de Aproveitamento (MA) expressa em nota, resultantes das avaliações, de acordo com o Plano de Ensino da disciplina. Será considerado aprovado na disciplina, o estudante que obtiver, frequência igual ou superior a 75%, e Média de Aproveitamento, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

A fórmula para cálculo da Média de Aproveitamento consiste na média aritmética, simples ou ponderada, das notas obtidas pelo estudante nas avaliações previstas no Sistema de Avaliação proposto para a respectiva disciplina. A quantidade e a natureza das avaliações serão as mesmas para todos os estudantes matriculados na turma.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo, contemplará as atividades avaliativas a distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação correspondente à Unidade, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 104, Coun, de 16 de julho de 2021. O mandato de seus membros é de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

Os questionários para a avaliação encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação Institucional (SAI), por meio do link (<https://siai.ufms.br/avaliacao-institucional>) e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos estudantes. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desses questionários são coletados e serão utilizados pela CSA para elaboração do Relatório de Autoavaliação Setorial da Unidade e pela CPA para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da UFMS (RAAI).

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios de autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

O curso de Pedagogia utiliza os dados da Avaliação Institucional para redimensionar as ações previstas anualmente para melhoria do curso e das disciplinas. Realizamos reuniões com os docentes após a divulgação do relatório da CSA visando discutir e elaborar ações para melhoria dos aspectos considerados frágeis. O curso também estimula a participação dos acadêmicos, por meio de redes sociais, na Avaliação Institucional.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o questionário de avaliação, disponibilizado em uma plataforma própria (SIAI), sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam o desempenho do docente e seu próprio desempenho nas disciplinas cursadas no semestre e o atendimento oferecido por parte da coordenação de curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto com a Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS pode ser computada como parte da carga horária destinada às atividades complementares. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

Então o corpo discente participa do processo de avaliação do Curso de Pedagogia a partir do preenchimento do instrumento avaliativo (questionário semestral) desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). O CPNV promoverá mecanismos específicos para o estímulo e participação dos acadêmicos nas atividades de avaliação dos cursos de graduação. Fazem parte dessas ações de estímulo, o cumprimento de parte da carga horária de atividades complementares, regulamentado por Regulamento, participação em reuniões específicas para avaliação e discussão do curso, bem como discussões informais.

O Colegiado de Curso é responsável pela divulgação do endereço eletrônico e pela sensibilização, junto aos acadêmicos, para que estes participem da avaliação. Além disso, os docentes e a direção estarão sempre atentos para ouvir suas sugestões, dúvidas e reclamações.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Diretoria de Avaliação Institucional é a Unidade responsável por coordenar e articular todas as ações de avaliação institucional desenvolvidas na



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

UFMS. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação (DIPER), e Secretaria de Regulação e Avaliação (SERAV), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOVER)

As Atividades Orientadas de Ensino objetivam o desenvolvimento de um projeto relacionado à área do Curso sob orientação de um professor. Em outras palavras, as Atividades Orientadas de Ensino são estudos desenvolvidos de forma individual ou em grupo, sobre temática relacionada à Educação e aos temas que lhe são inerentes, sob orientação de um docente e de forma opcional.

As Atividades Orientadas de Ensino são Regulamentadas pela Resolução nº594/2022-Cograd. No curso de Pedagogia do Campus de Naviraí, as Atividades Orientadas de Ensino abarcam as seguintes particularidades: (I) as Atividades Orientadas de Ensino são desenvolvidas individualmente e/ou em grupo, também, deverão ser desenvolvidas em temáticas ligadas a um dos eixos listados no Projeto Pedagógico do Curso; a critério do Colegiado de Curso poderão ser desenvolvidos estudos em outros eixos temáticos; (II) as Atividades Orientadas de Ensino poderão ser desenvolvidas ao longo do curso, a qualquer momento, a critério do acadêmico. Cabe ao acadêmico a indicação da temática de estudo para as Atividades Orientadas de Ensino, e, cabe ao Colegiado de Curso, com a anuência do acadêmico, a designação do docente orientador das Atividades Orientadas de Ensino; (III) cabe ao docente responsável pela supervisão lançar no Sistema Acadêmico (SISCAD) o cumprimento das Atividades Orientadas de Ensino, e (IV) a avaliação das Atividades Orientadas de Ensino se dará por meio de apresentação de trabalho em evento acadêmico, publicação de artigo e/ou outra atividade solicitada pelo docente orientador, o qual deverá emitir parecer constando "Cumprida" ou "Não Cumprida".

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são Componentes Curriculares Não Disciplinares, do curso de Pedagogia com a carga horária de 200 horas e poderão ser consideradas para integralização da carga horária :

- participação em eventos técnicos e/ou científicos (seminários,



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

- simpósios, congressos, semanas tecnológicas, conferências), seja como ouvinte, organizador ou apresentador;
- monitoria de ensino;
 - membro de equipe ou participação em ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação ou empreendedorismo aprovados por órgão competente;
 - membro do Programa de Educação Tutorial (PET);
 - membro do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PBEXT), do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Institucional de Residência Pedagógica, considerando apenas a carga horária excedente da computada em disciplina associada;
 - participação em produção artística e/ou cultural;
 - participação como ouvinte em defesas de trabalho de conclusão, dissertações ou teses na área do curso;
 - membro de diretoria de entidades e associações estudantis, desde que cadastradas na Pró-Reitoria competente;
 - estágios não obrigatórios;
 - atividades de pesquisa ou de iniciação científica;
 - atividades de extensão, em carga horária excedente a curricularização da extensão;
 - publicação de trabalhos científicos;
 - participação em órgãos colegiados;
 - participação em cursos pertinentes à área de conhecimento do curso do estudante, seja como ouvinte ou ministrante;
 - disciplinas optativas cursadas com carga horária excedente ao mínimo necessário para integralização do curso;
 - participação em treinamento e atividades específicas como membro de mesa receptora de votos nas eleições;
 - participação na Avaliação Institucional da UFMS, por semestre;
 - curso na área de educação;
 - outras atividades a serem avaliadas pelo Colegiado de Curso.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Segundo o PDI integrado ao PPI da UFMS: O compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, produtiva e permeada por valores virtuosos, na qual o impulso empreendedor deve dialogar com respeito ao coletivo e às heranças culturais e naturais. Um pressuposto indispensável para este desenvolvimento é a difusão e a democratização do conhecimento em uma relação dialógica entre a UFMS e os diversos setores da sociedade.

Neste sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e de contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante e da sociedade. Isto posto e considerando a Meta do Plano Nacional de Educação, o Curso de graduação em Pedagogia na modalidade presencial prevê o cumprimento de 332 horas em Atividades de Extensão de forma transversal em componentes curriculares do Curso e/ou em componente curricular não disciplinar específica de extensão, de acordo com regulamento específico da UFMS, de forma a estimular a função produtora de saberes que visam intervir na realidade como forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira. As atividades poderão ser desenvolvidas em projetos e programas de extensão institucionais ao longo do Curso, com ênfase em atividades na área de educação como eventos, ações em instituições educativas, produção de material didático pedagógico, cursos e oficinas de formação de professores, bem como outras atividades aprovadas pelo



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

colegiado de Curso.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

Segundo a Resolução nº 107/2010, Coeg: “Estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnico, prático e científico dos acadêmicos, permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico profissional.” O estágio deve considerar as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, o que resultará em insumos para atualização de suas práticas. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul possui a Resolução, nº 107, Coeg, de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação presenciais da instituição; o Curso de Pedagogia do Campus de Naviraí possui regulamento próprio de estágio.

O Estágio Obrigatório no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Naviraí (CPNV), está institucionalizado e previsto nas disciplinas de Estágio Obrigatório I, Estágio Obrigatório II, Estágio Obrigatório III e Estágio Obrigatório IV, totalizando uma carga horária de 400 horas. O curso dispõe de regulamento próprio que detalha a realização dos estágios. O estágio é uma atividade curricular obrigatória para o curso, devendo considerar a legislação nacional, os regulamentos de estágio da UFMS, o Projeto Pedagógico do Curso e do Plano de Atividades de Estágio previsto pela Comissão de Estágio (COE). O estágio obrigatório contribui para a formação profissional do acadêmico, por ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades acadêmicas constantes da matriz curricular do curso, propiciando reflexão por meio da vivência sistemática e intencional da prática educativa nos âmbitos escolares. Nos estágios, os acadêmicos vivenciam a sala de aula (mediante observações participantes e regências), participando, ainda, de atividades relacionadas às reuniões de/com professores, à gestão, à relação escola-família, à relação escola-entorno, considerando registros detalhados, planejamentos e análises dos dados e ações à luz das teorias educacionais.

Nos estágios obrigatórios busca-se promover um envolvimento contínuo entre o professor responsável pelas disciplinas de Estágio Obrigatório na universidade, o profissional responsável pelo estagiário na instituição campo de estágio e o próprio acadêmico, visando, entre outros objetivos, a construção e a concretização do conhecimento na prática profissional. O Estágio Obrigatório, além das atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho e que se concretizam na relação estabelecida entre um docente experiente e o acadêmico estagiário, conta com a mediação de um professor orientador, docente da universidade, que acompanha os acadêmicos nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo. Desse modo, os estágios curriculares supervisionados do Curso de Pedagogia, do campus de Naviraí prevê: centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio; estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando.

Os estágios curriculares supervisionados curriculares implicam a criação e a divulgação de produtos - planejamentos de projetos, de aulas, de materiais



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

didáticos, de jogos, de mostras das atividades para as famílias e para a comunidade escolar - que articulam e sistematizam a relação teoria e prática.

O Estágio Não obrigatório, segundo a Resolução nº 107/2010, Coeg, “é aquele de natureza opcional, com a finalidade de enriquecer os conhecimentos teóricos do acadêmico”. O estágio não obrigatório poderá ser considerado Atividade Complementar (Lei nº 11.788/2008 e a Resolução nº 107/2010, Coeg).

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

Semidireto.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

São várias as atividades possíveis aos acadêmicos, dentre as quais destacamos:

- Organização e participação na Jornada de Educação do Curso de Pedagogia da UFMS/CPNV;
- Participação no projeto Pibid;
- Participação em Projetos de Extensão;
- Participação em Projetos de Ensino;
- Bolsas de iniciação científica em projetos de pesquisa ligados às temáticas pesquisadas pelos docentes do Curso;
- Participação em Grupos de Estudo e Pesquisa institucionais;
- Tutoria de bolsas permanência;
- Participação no Programa de Educação Tutorial (PET);
- Monitoria de ensino de graduação;
- Participação em eventos científicos.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

As atividades práticas de Ensino (construção de ambiente de aprendizagem, planejamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, condução de práticas pedagógicas diversificadas e que atendam os diversos objetos de conhecimento, competências e habilidades) encontram-se distribuídas nas disciplinas do curso de Pedagogia e nos componentes curriculares disciplinares. Estão articuladas no PPC do curso garantindo a relação teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Pedagogia do Campus de Naviraí, em consonância com o Regulamento único de TCC dos Cursos de Graduação da UFMS (Resolução nº 595/2022-Cograd), consiste em uma pesquisa individual visando ao aprofundamento de temáticas pertinentes à área de estudo, sob a orientação de um professor. O TCC, no curso de Pedagogia do Campus de Naviraí remete a uma atividade institucionalizada, ou seja, possui regulamentação que considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação. O trabalho para o TCC deverá envolver uma investigação científica mediante revisão de literatura e/ou pesquisa de campo, culminando em Artigo



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

Científico

Os mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação do cumprimento do trabalho de conclusão de curso são: frequência às aulas e reuniões convocadas pelo professor orientador; manutenção de contatos periódicos, presenciais ou on-line, com o professor orientador para discussão e aprimoramento da pesquisa; elaboração do Projeto de TCC; desenvolvimento e sistematização da pesquisa; cumprimento do calendário divulgado para entrega do Projeto de TCC; apresentação pública da versão final do TCC, perante banca examinadora, com arguição oral; elaboração, após defesa, da versão definitiva de seu TCC, enviando 01 (uma) cópia digital em PDF e em Word no e-mail do professor orientador. Os Trabalhos de Conclusão de Curso da Pedagogia de Naviraí são arquivados pela coordenação de Curso, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, deverá haver a utilização de Materiais Didáticos que são categorizados de duas formas:

- Material Didático Institucional (MDI): material produzido por professor especialista em parceria com a Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais (Setec) da Agead, por meio de sua Equipe Multidisciplinar de Produção, no formato autoinstrucional e disponibilizado com licença aberta (Creative Commons CC-BY) à todos os Cursos de Graduação da UFMS; e
- Material Didático Específico (MDE): material produzido/organizado pelo professor responsável pela oferta de uma disciplina específica por meio da curadoria e/ou produção independente de conteúdos em diversas mídias.

Todos os Materiais Didáticos deverão ser validados por uma Equipe Multidisciplinar de Validação (EMV), preferencialmente, antes do início da oferta da disciplina. Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) possui sua própria EMV constituída por meio de Portaria do Diretor, com validade máxima de dois anos, sendo composta por docentes representantes de cada Curso de Graduação vinculado à Unidade. A UFMS possui normativa específica que trata da composição, atribuições e o processo de trabalho da Equipe multidisciplinar para produção e validação de materiais para a EaD.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, objetos de aprendizagem, materiais interativos, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia do CPNV dispõe da infraestrutura necessária, que envolve:

1. Conjuntos de salas de aula;
2. Laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades das



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

- disciplinas do Curso e pesquisa;
3. Salas de apoio ao atendimento ao discente;
 4. Dependências Administrativas;
 5. Equipamentos para produção audiovisual;
 6. Biblioteca com espaço reservado para estudos individuais;
 7. Salas para Pibid/PET;
 8. Brinquedoteca;
 9. Laboratório Interdisciplinar de formação de Educadores (LIFE);
 10. Cantina;
 11. Espaço para lazer.
 12. Sala coletiva de professores;
 13. Sala de Coordenador de Curso

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A incorporação dos avanços tecnológicos deve ocorrer na medida do desenvolvimento do curso e deve ser objeto constante de discussão com a comunidade acadêmica e professores do Curso, envolvendo material didático-pedagógico e os principais avanços tecnológicos na área de Tecnologia de Informação e da Comunicação ou outras Tecnologias Sociais.

O curso conta com laboratório de informática, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e recursos como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), espaço em que os acadêmicos podem acessar os conteúdos das diversas disciplinas, participar de Chats entre outras atividades.

Essas tecnologias permitem a execução do PPC do curso mediante ações implementadas na UFMS e no CPNV:

- Disponibilização de informações da vida acadêmica por meio do SISCAD;
- Divulgação de processos seletivos para ingresso por meio das mídias sociais;
- Disponibilização de cursos para técnicos e docentes por meio do AVA;
- Renovação de equipamentos e programas;
- Disponibilização de tutoriais on-line para capacitação em serviço de docentes e servidores técnico-administrativos no uso de novas tecnologias.

São disponibilizados aos acadêmicos do curso acesso a internet no CPNV, além de equipamentos multimídia em todas as salas e equipamentos para realização de atividades acadêmicas como **notebook**.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia contempla todos os aspectos julgados relevantes no presente contexto educacional. É um projeto concebido a partir da concepção do ser humano como uma totalidade historicamente construída. Seres humanos não nascem prontos, mas se desenvolvem em interação com outros seres humanos em um espaço intersubjetivo no qual a construção de significados se dá pela internalização de significados socialmente construídos e sua interação com a história particular daquele sujeito que constrói significados.

Também permeia o presente projeto a ideia de que a construção de significados não acontece em um único momento, mas acontece pela retomada dos



ANEXO - PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA - CPNV
(Resolução nº 673, Cograd, de 2 de dezembro de 2022.)

mesmos conceitos, ideias ou princípios em diferentes contextos formativos. Assim, o desenvolvimento das capacidades para a docência se dá em todos os momentos do Curso, de forma interdisciplinar e transversal. Neste sentido, incorporamos a ideia de isomorfismo entre o espaço da formação e o espaço profissional, buscando aproximar as metodologias e procedimentos de ensino ao que se espera que o futuro pedagogo desenvolva no espaço profissional, seja este no âmbito escolar ou mesmo não escolar.

15. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Perfil dos municípios** (matrículas, docentes e rede escolar), 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 02. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília: CP, maio 2006.
- DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 18, p. 35-40, 2001.
- LUCKESI, J.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2008.
- VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.